

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: COMPETIÇÃO POLÍTICA E VOLATILIDADE ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1996 A 2012)

NELSON LUIS MOTTA GOULART

Campos dos Goytacazes
2016

NELSON LUIS MOTTA GOULART

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: COMPETIÇÃO POLÍTICA E VOLATILIDADE ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1996 A 2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu*, em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob orientação do Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto.

Orientador: Dr. Vitor de Moraes Peixoto

Campos dos Goytacazes
2016

RESUMO

Este trabalho é uma análise da institucionalização do sistema político brasileiro no nível municipal nos últimos 16 anos. Tem por objetivo analisar a configuração competitiva do sistema partidário partindo das seguintes hipóteses teóricas: primeira, a de que o Brasil apresenta características poliárquicas, atendendo portanto aos requisitos minimalistas de democracia; segunda, a de que ao sustentar condições legais e político-institucionais de participação e contestação pública tem sido capaz de promover eleições legítimas, que por um lado assentam as elites competidoras e por outro canalizam as dispersas demandas do eleitorado; e terceira, a de que as características do sistema partidário brasileiro são impressas pelas possibilidades abertas nas leis eleitorais que o regem e pela ação racional contextual dos competidores, aproveitando-se das aberturas legais e das oportunidades reais do mercado eleitoral.

Palavras-chave: Eleições municipais, Institucionalização, Participação eleitoral, Competição eleitoral, Volatilidade eleitoral.

ABSTRACT

This work is an analysis of the institutionalization of the Brazilian political system at the municipal level in the last 16 years. Aims to analyze the competitive configuration of the party system starting from the following theoretical assumptions: first, that the Brazil has polyarchic characteristics, serving so the minimal requirements of democracy; second to that to support legal, political and institutional conditions for participation and for public opposition has been able to promote genuine elections, on the one hand based elites competing and on the other channel the disparate demands of the electorate; and third, that the Brazilian party system characteristics are printed by the open possibilities electoral laws that govern it and the contextual rational action of competitors, taking advantage of legal gaps and the real opportunities of the electoral market.

Keywords: Local elections, Institutionalization, electoral participation, electoral competition, electoral volatility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. As Definições de Partido.....	21
Figura 02. As Dimensões da Institucionalização do Sistema Partidário.....	23
Figura 03. Municípios de 1986 a 2013 - Número de Municípios por Ano de Instalação.	25
Figura 04. Eleições Municipais de 1996 a 2012 - Total de Vagas e Candidatos.	27
Figura 05. Eleições Municipais de 1996 a 2012 - Os Partidos nos Municípios.	28
Figura 06. Médias dos Percentuais de Eleitores Aptos, dos Percentuais de Comparecimentos Eleitorais e dos Percentuais de Abstenções Eleitorais das Eleições Municipais do Brasil de 1996 a 2012.	36
Figura 07. Médias dos Percentuais de Votos Válidos, dos Percentuais de Votos Brancos e dos Percentuais de Votos Nulos nas Eleições Municipais Brasileiras de 1996 a 2012.	39
Figura 08. Médias dos Percentuais de Votos Válidos e das Taxas de Alienação Eleitoral das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.	42
Figura 09. Percentuais de Votos Válidos das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.....	44
Figura 10. Taxa de Alienação Eleitoral das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.....	46
Figura 11. Evolução dos Percentuais de Votos Válidos nas Eleições Municipais Majoritárias do Brasil (1996 - 2012).....	49
Figura 12. Evolução dos Percentuais de Votos Válidos das Eleições Municipais Proporcionais do Brasil (1996 - 2012).....	51
Figura 13. Evolução do Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais por Regiões (1996 - 2012).	52
Figura 14. Evolução das Taxas de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).	53
Figura 15. Evolução das Taxas de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Proporcionais (1996 - 2012).	54
Figura 16. Evolução das Taxas de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais por Regiões (1996 - 2012).	55
Figura 17. Coeficientes Beta - Abstenções Eleitorais, Percentual de Votos Brancos e Percentuais de Votos Nulos nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).	57
Figura 18. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).	61

Figura 19. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais Proporcionalis (1996 - 2012).....	62
Figura 20. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Taxa de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).	64
Figura 21. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Taxa de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Proporcionalis (1996 - 2012).....	65
Figura 22. Média do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais (1996 a 2012).	76
Figura 23. Número Efetivo de Partidos Eleitorais das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionalis de 1996 a 2012.....	77
Figura 24. Média da Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil de 1996 a 2012.....	79
Figura 025. Volatilidade Eleitoral das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionalis de 1996 a 2012.	80
Figura 26. Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais Majoritárias do Brasil (1996 - 2012).	83
Figura 27. Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais Proporcionalis do Brasil (1996 - 2012).....	84
Figura 28. Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionalis por Regiões (1996 - 2012).	85
Figura 29. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Número Efetivo de Partidos Eleitorais nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).....	88
Figura 30. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Número Efetivo de Partidos Eleitorais nas Eleições Municipais Proporcionalis (1996 - 2012).	89
Figura 31. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).	90
Figura 32. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais Proporcionalis (1996 - 2012).....	91

SUMÁRIO

RESUMO	2
ABSTRACT	4
LISTA DE FIGURAS	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 01. DEMOCRACIA E SISTEMAS PARTIDÁRIOS	11
Democracia Minimalista e Competição Eleitoral.....	11
A Analogia	11
A Responsividade	12
A Adesão dos Derrotados	14
Eleições.....	15
Representação e Sistema Eleitoral.....	17
A Importância do Sistema Eleitoral	18
A Definição Restrita de Partido	20
Democracia, Partidos e Sistema Partidário	22
A Unidade de Análise: Sistema Partidário	24
Os Distritos Eleitorais: Municípios.....	25
A Criação de Municípios no Brasil após a Constituição de 1988	25
Um Panorama da Competição Eleitoral nos Municípios	26
CAPÍTULO 02. O FORMATO DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DOS NÍVEIS AGREGADOS DE PARTICIPAÇÃO E DOS TIPOS AGREGADOS DE VOTAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 1996 A 2012	29
Estrutura da Análise	29
Objetivos	30
Dados	30
Indicadores de Participação Eleitoral.....	30
Votos Válidos	31
Alienação Eleitoral	32
Variação Percentual dos Indicadores	32
O Tamanho do Eleitorado das Eleições Municipais do Brasil.....	33
O Comparecimento e a Abstenção	34
Os Votos Válidos, os Brancos e os Nulos.....	38
A Evolução dos Agregados de Votos nas Eleições Municipais do Brasil	40
A Evolução do Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais	48
A Evolução da Taxa de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais	52
As Causas da Alienação Eleitoral	56
Perfil Socioeconômico Municipal e Participação Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil.....	59
Recapitulações	66
Conclusão	Erro! Indicador não definido.

CAPÍTULO 03. A CONFIGURAÇÃO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DOS NÍVEIS AGREGADOS DE COMPETIÇÃO INTERPARTIDÁRIA E DOS NÍVEIS DE VOLATILIDADE ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 1996 A 2012	67
Estrutura da Análise	67
Objetivos	68
Dados	68
Indicadores de Competição Eleitoral	69
Número Efetivo de Partidos	69
Volatilidade Eleitoral	71
Variação Percentual dos Indicadores	72
O Número Efetivo de Partidos e a Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil	74
O Número Efetivo de Partidos Eleitorais nas Eleições Municipais	75
A Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais	79
A Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais	82
Perfil Socioeconômico Municipal e Competição Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil	86
Recapitulações	92
Conclusão	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

INTRODUÇÃO

Essa dissertação parte de três posturas teóricas: a de que o Brasil apresenta características poliárquicas; a de que promove eleições legítimas que assentam as elites competidoras e canalizam as demandas sociais; e a de que as características do sistema partidário são impressas pelas leis eleitorais e partidárias que o regem e pela interação racional e contextual dos competidores políticos, que aproveitam as aberturas legais e as oportunidades contextuais do mercado eleitoral. Orientada pelo objetivo de analisar a institucionalização do sistema partidário brasileiro no nível municipal utilizando dois grupos de indicadores; participação eleitoral e competição eleitoral, testou três hipóteses:

Hipótese 1: Há graus distintos de institucionalização do sistema partidário no nível municipal.

Hipótese 2: O grau de institucionalização varia de acordo com a estrutura institucional de oportunidades enfrentada e utilizada pelos partidos.

Hipótese 3: O contexto socioeconômico dos municípios tem impacto limitado sobre a institucionalização do sistema partidário.

Todo seu texto foi desenvolvido em três capítulos: O primeiro capítulo é uma breve revisão teórica, o segundo capítulo é uma análise dos níveis de participação eleitoral nas eleições municipais brasileiras compreendidas entre 1996 e 2012, e o terceiro capítulo é uma análise dos níveis de competição eleitoral interpartidária nas eleições municipais brasileiras compreendidas entre 1996 e 2012.

A revisão trata dos principais conceitos e termos e das formas em que estes foram utilizados em toda extensão do trabalho de pesquisa. É um texto em três seções: uma primeira, voltada à teoria democrática que fundamenta a análise; uma segunda, dedicada à estrutura do sistema partidário, ao avanço da competição nas eleições brasileiras e sua institucionalização, e a terceira, que coloca informações sobre as eleições e os distritos eleitorais que são as unidades de análise, os municípios.

O segundo capítulo é uma análise do formato geral da participação eleitoral nas eleições municipais compreendidas entre 1996 e 2012, orientada pela tese de que o sistema eleitoral brasileiro, o conjunto de regras que esclarece aos eleitores e aos

candidatos como são os processos eleitorais, promoveram no mínimo dois fenômenos essenciais para a consolidação de uma poliarquia: a estabilização da legitimidade eleitoral e a orientação institucional dos insatisfeitos. Seu texto é composto em três seções: a primeira, que se inicia a seguir, dedicada a uma breve exposição da estrutura da análise e dos instrumentos analíticos adotados, a segunda, dedicada a uma série de análises quantitativas produzidas a partir deles, e a terceira e última, dedicada a uma síntese das proposições teóricas traçadas no primeiro capítulo com as constatações desse.

O terceiro capítulo é uma análise da configuração da competição eleitoral entre os partidos nas eleições municipais compreendidas entre 1996 e 2012, orientada pela tese de que o sistema partidário brasileiro, o conjunto de regras que define às legendas e aos candidatos envolvidos na disputa pelos cargos como são os processos eleitorais, tem estruturado dois fenômenos essenciais para a consolidação de uma poliarquia: estabilização nos níveis de competição eleitoral e queda dos níveis de volatilidade eleitoral. Seu texto, também composto em três seções: a primeira dedicada a uma breve exposição da estrutura da análise e dos instrumentos adotados, seção que repete uma parte do que fora exposto na seção explicativa dos procedimentos adotados do capítulo anterior, podendo o leitor avançá-la; a segunda dedicada a uma série de análises quantitativas produzidas a partir deles, e a terceira e última, uma síntese das proposições teóricas traçadas no primeiro capítulo com as constatações desse.

Os resultados apontam para duas direções: a primeira é de que as regras eleitorais marcam a dinâmica competitiva do sistema partidário, onde o sistema eleitoral proporcional está relacionado aos acréscimos no número efetivo de partidos e aos movimentos da volatilidade eleitoral, a segunda é a de que os partidos seguem uma lógica racional, onde prevalece a disputa pela representação nas câmaras municipais, motor do processo de nacionalização sistema partidário.

CAPÍTULO 01. DEMOCRACIA E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

Esta revisão trata dos principais conceitos e termos e as formas em que estes serão utilizados em toda extensão do trabalho de pesquisa: democracia, competição eleitoral, partidos e sistemas partidários. Um texto em três seções: a primeira voltada a teoria democrática que fundamenta a análise; a segunda, dedicada à estrutura do sistema partidário, ao avanço da competição nas eleições brasileiras, e a sua institucionalização e a terceira e última seção, coloca informações sobre as eleições e os distritos eleitorais aos quais fazemos referência, os municípios.

Democracia Minimalista e Competição Eleitoral

A democracia é o tema de diversos estudos. Um verbete de muitas e distintas definições. As tantas definições e exigências para a classificação dos regimes como democráticos são organizadas em dois conjuntos; *minimalistas* e *maximalistas*. O primeiro é constituído de um número menor de exigências para classificar um regime político como democrático, e o segundo, de um maior. Este trabalho endossa uma perspectiva minimalista de democracia.

A definição de democracia minimalista acompanha quatro regras:

Operationally, a regime was classified as a democracy if it met the requirements stipulated in all of the following four rules: (1) the chief executive must have been elected; (2) the legislature must have been elected; (3) there has been at least two parties or lists competing in the elections; and (4) an alternation in power under identical electoral rules must have taken place. (CHEIBUB; GANDHI; VREELAND, 2010, p. 69).

Regras nas quais as eleições e a competição ocupam papel central. Onde o Executivo e Legislativo são compostos por uma mecânica de representação; os eleitores elegem seus representantes, e esta representação estrutura-se, minimamente, na disputa entre dois partidos e no respeito às regras e as posições de vencedor ou de derrotado assumidas por eles após as eleições.

A Analogia

O corte precursor da perspectiva minimalista de democracia foi proposto por Joseph Schumpeter (1961). Seus argumentos, expressos principalmente no vigésimo

primeiro e segundo capítulos do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, compreendem que a democracia é análoga ao mercado. Uma colocação tão simples quanto às feitas pela teoria clássica da democracia, conforme o próprio, e também muito poderosa (MACPHERSON, 1978).

As críticas de Schumpeter à que ele chama teoria clássica da democracia constituem essencialmente duas frentes: uma direcionada ao bem comum e à vontade geral, e outra dedicada às capacidades de atuação do cidadão típico no campo político.

Na primeira frente ele defende três pontos: “a irredutibilidade de duas ou mais opiniões esclarecidas e distintas, a relatividade a situações de valores e algumas situações que talvez não fossem democraticamente conciliáveis e a inconsistência das vontades agregadas e da vontade do povo como entidade moral...” (SCHUMPETER, 1961). Na segunda:

quanto mais débil o elemento lógico nos processos de mentalidade coletiva e mais completa a ausência de crítica racional e de influência racionalizadora da experiência e responsabilidade pessoal, maiores serão as oportunidades de um grupo que queira explorá-las. (SCHUMPETER, 1961, p. 321)

Em sua teoria a democracia é um método para se escolher governos. Enquanto as elites organizam-se nos partidos e competem entre si planejando políticas, oferecendo bens, os eleitores votando escolhem, demandando bens, quais estão dispostos a aceitar. Nesta situação os partidos são as firmas, o eixo da oferta, e os eleitores os consumidores, o eixo da demanda. Esquema em que cabe ao povo um papel:

o papel do povo é formar um governo, ou corpo intermediário, que, por seu turno, formará o executivo nacional, ou governo (...) o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor (...). (SCHUMPETER, 1961, p. 378)

Esta visão da democracia como um procedimento, ou método, é o cerne da perspectiva minimalista de democracia.

A Responsividade

Para Dahl (2001) a questão não se resume a pura seleção de um produto. A democracia não é apenas um método em que o eleitor é um influenciado durante e um abandonado após as eleições, o que de certa forma fica subentendido da visão schumpeteriana. Existe, defende Dahl, uma margem de consideração das elites que competem para com o eleitorado que as elegerão, ou não, periodicamente. Uma margem de consideração que não pode ser ignorada pelas elites e nem pelos eleitores. Justamente desta constatação que Robert Dahl afirma a chave da sua teoria da democracia; o conceito de responsividade. Uma possibilidade atrelada ao processo de democratização.

Entretanto, e em nada é estranho que o autor coloque a centralidade desta possibilidade, a responsividade não é um atributo presente e implementado ao bel prazer das elites. A responsividade, como possibilidade dentro de um processo institucional, depende da colocação de algumas pré-condições. Dahl coloca três condições necessárias aos cidadãos politicamente iguais de uma poliarquia. A primeira, é a de que todo cidadão tenha o direito de formular suas preferências. A segunda; é a liberdade de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. E a terceira, e última, é a de que todo cidadão tenha o direito de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.

Assim, e para que estas três condições supracitadas sejam então mantidas, as instituições presentes em um regime de governo devem manter uma série de direitos necessários quanto às formulações das preferências: a liberdade de expressão, a liberdade de organização, o direito de voto, o direito de buscar apoio, eleições livres e idôneas, a elegibilidade para cargos políticos e administrativos, o acesso a fontes alternativas informação e instituições eleitorais reguladoras.

As propensões condicionais à que se sujeitam as elites que almejam o governo através de um processo eleitoral democrático contribuem em duas direções muito importantes e específicas de um sistema democrático. Primeiro, canalizam os conflitos através de uma via institucional competitiva de adesão às regras e aos resultados¹, e

1. Na formulação dahlsiana; na medida em que aumentam os custos da supressão violenta das oposições, reduzem-se as chances de sua eliminação.

segundo, “as eleições periódicas obriga-as (às elites políticas) a manterem um olho na opinião do povo” (DAHL, 2001, p. 128). É justamente o avanço deste par de condições que caracterizam o processo democrático, adesão institucional à competição e possibilidade de responsividade progressiva.

Quando regimes hegemônicos e oligarquias se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos de interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas. (DAHL, 1997, p. 36).

Entretanto, os partidos perdedores podem simplesmente rejeitar a derrota e advogar o governo por outros meios, empregando outros recursos, inclusive a violência. Assim, além da responsividade na relação entre os eleitos e os eleitores, há que se justificar a aceitação das elites em competir e perder. Não pelos mesmos termos anteriormente desconsiderados: o bem comum e a vontade do povo; “os santos óleos retirados dos vasos do século XVIII” (SCHUMPETER, 1961, p. 308), mas através de outros instrumentos.

A Adesão dos Derrotados

Uma das posições mais interessantes referentes às derrotas enfrentadas pelos partidos, pelas elites que se dispuseram a competir e perderam, é a dada por Adam Przeworski. Ele coloca que a democracia é “um sistema em que os partidos perdem eleições” (PRZEWORSKI, 1994, p. 25). Ou melhor; a democracia “é um sistema de desfecho regulado e aberto (*ruled open-endedness*), em outras palavras, de incerteza organizada.” (PRZEWORSKI, 1994, p. 29). Neste sistema os partidos assumem institucionalmente duas situações diante da realização dos pleitos: uma situação anterior, de incerteza; e uma posterior, de irreversibilidade dos resultados.

Justamente a incerteza institucionalizada é que gera a situação da competição eleitoral, onde:

A incerteza inerente à democracia na realidade permite a ação instrumental. Como os atores podem atribuir probabilidades às consequências de suas ações, eles desenvolvem expectativas e calculam o que é melhor fazer. (...) Se os resultados fossem predeterminados ou totalmente indeterminados, não haveria razão para que os grupos se organizassem como participantes. A incerteza é o que os ativa no jogo democrático. (PRZEWORSKI, 1994, p. 29).

A condição de reversão dos resultados é tratada com auxílio da teoria dos jogos. Para esta teoria existem dois resultados possíveis em situações de interações estratégicas em mercados tipicamente concorrenciais, são eles: equilíbrios e contratos. Os equilíbrios são as situações em que cada ator age da maneira que lhe parece melhor, dado o que os outros fazem ou fariam, sem possibilidades e aumentar seus ganhos unilateralmente. E os contratos, ou barganhas, são as situações em que pelo menos um dos atores poderia se sair melhor se agisse de outra maneira, mas o resultado prevalece porque uma força exógena exige sua aceitação. Há uma terceira parte que pune as “defecções”. Sobre estas:

há duas respostas possíveis para essa pergunta: ou a sanção se cumpre de modo descentralizado – isto é, há um número suficiente de atores que, movidos por seu interesse pessoal, punem a não-adesão a fim de manter o resultado cooperativo -, ou ela é centralizada – isto é, há uma agência especializada que dispõe de poder e motivação para punir os desertores, ainda que, ela própria, não seja penalizada por deixar de punir as defecções ou por aplicar sanções a comportamentos aquiescentes. (PRZEWORSKI, 1994, p. 41).

Existe ainda outra espécie de resultados, as normas, onde os empreendedores baseiam suas respostas estratégicas em valores, mas esses casos não interessam à teoria. (PRZEWORSKI, 1994, p. 39–44).

Eleições

A competição eleitoral é um requisito fundamental para as poliarquias. Seja por marcar o insight schumpeteriano, o deslocamento dahlsiano dos regimes fechados rumo às poliarquias, ou o jogo das incertezas przeworskiano, guardados seus específicos dissensos.

A eleição é o *locus* de processo institucional que regula a interação competitiva entre as elites e o eleitorado que tende a ser o melhor dentre os modos de coisas que sustentem a democracia. (PRZEWORSKI *et al.*, 1997, p. 131 e 132). A disputa pela obtenção de cargos move os partidos no sentido de aceitarem as regras e de entrarem em contato, mesmo que mínimo, com o eleitorado.

Democracies are regimes in which governmental offices are filled as a consequence of contested elections. For a regime to be democratic, both the chief executive office and the legislative body must be filled by elections. Contestation occurs when there exists an opposition that has some chance of winning

office as a consequence of elections (CHEIBUB; GANDHI; VREELAND, 2010, p. 69).

As três hipóteses que orientam este trabalho estão abrigadas na realização periódica de eleições. A de que o Brasil apresenta características poliárquicas, atendendo, portanto, aos requisitos minimalistas de democracia. A de que ao sustentar condições institucionais mínimas para tal realização tem sido capaz de legitimar-se como Estado fazendo também legítimo seu processo eleitoral. E terceira, a de que o que interessa aos partidos é o quanto almejam e realizam-se através do sucesso no processo eleitoral, a obtenção de sufrágios e de consequentes cargos. Democracias são regimes em que os cargos do governo são disputados e distribuídos por situações assumidas pelos competidores após as eleições.

Representação e Sistema Eleitoral

A democracia representativa é o sistema de governo que consolidou, através de uma técnica, a transferência do poder de decisão dos governados para os governantes. Nestes termos, Sartori é o defensor da democracia eleitoral representativa e coloca que o crescimento geográfico das cidades e das populações levaram ao aumento do tempo necessário para a exposição das opiniões, da análise e da deliberação sobre cada uma delas.

Com um exemplo bem simples, trabalhando na mesma linha argumentativa, Robert Dahl (2001, p. 107, 122 e 123) expõe a importância destes mecanismos de transferência do poder de decisão nas grandes cidades – tome-se “grandes cidades” como um exemplo bem menor do que são hoje os Estados. Numa cidade com 10.000 participantes dispostos, tendo cada um deles 10 minutos de fala, seriam necessários 625 dias de trabalho (8 horas) para a deliberação de um assunto. A oportunidade e a exequibilidade da participação decrescem à medida que aumenta o número de envolvidos.

A defesa de Sartori e o exemplo de Dahl, levam a conclusão de que, na medida em que armam-se os dilemas do autogoverno, crescem em importância os mecanismos de transmissão da representatividade (SARTORI, 1994a, p. 159). O autogoverno dos grandes números e das grandes áreas exige, portanto, a utilização de alguma técnica de transferência.

O conceito de representação teve sua elaboração marcada pelo avanço do processo de democratização. As revoluções burguesas entre os séculos XVII e XVIII, de certa forma, fizeram popularizar o que em termos legais Hobbes colocara: ao soberano a função de representação. Do material da teoria política duas questões se colocaram: a “polêmica sobre o mandato e a independência” e a relação entre a representação e a democracia” (PITKIN, 2006, p. 29 e 30). Ambas polêmicas são bem colocadas em duas questões. A primeira fomentando um debate teórico: um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? E a segunda, tangencia a questão territorial lançada em Sartori e Dahl, uma questão mecânica, mas não menos teórica: afinal, o representante o é por conta de seu eleitorado e seu distrito, e a ele prestará contas, ou o representante o é por toda a nação? A discussão se

dá, essencialmente, entre duas ideais: em uma o representante é representante de pessoas, em outra o representante é representante de interesses.

É possível sustentar duas posições sobre a importância e a insuficiência das eleições e da mecânica da representação, uma baseada no mandato e outra baseada na prestação de contas. Do ponto de vista do mandato as eleições servem para selecionar bons políticos, boas políticas. Do ponto de vista da prestação de contas as eleições servem para sustentar os resultados observados.

Em um modelo puro de prestação de contas, os eleitores utilizam o voto apenas com um propósito: sancionar o representante, e toda informação disponível para os eleitores é revelada pelo desempenho do governante. Em um modelo de mandato puro, eleitores comparam as promessas feitas pelos candidatos sobre o futuro e usam o voto somente para escolher o melhor candidato. (...) Remanesce o fato de que os eleitores terem apenas um instrumento para alcançar dois objetivos: escolher as melhores políticas e os melhores políticos, e induzir os últimos a comportar-se bem enquanto estiverem no cargo. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 125 e 126)

Ou seja, se por um lado as eleições e as técnicas de representação sustentam a possibilidade de alguma responsividade no sentido dahlsiano, por outro, parece claro que este instrumento sozinho não é suficiente. A multiplicidade dos arranjos democráticos, afinal, permite a representação, abre espaços à responsividade, mas o “controle dos cidadãos ainda é altamente imperfeito” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 132).

A Importância do Sistema Eleitoral

A preocupação com a origem e a função dos partidos é uma discussão de longa data. Em um primeiro momento esteve muito mais atrelada aos atributos da representação e dos grupos que chegavam ao poder, do que aos atributos próprios às legislações eleitorais e organizações partidárias. Boa parte das questões levantadas sobre a qualidade da representação e dos partidos políticos foi proposta, primeiramente, por filósofos e pensadores políticos envolvidos na constituição das grandes democracias modernas. Caso, por exemplo, dos Federalistas e dos filósofos utilitaristas, James Madison e John Stuart Mill (PITKIN, 2006, p. 40).

Entretanto, com a implementação progressiva dos sistemas de governo representativos, com a ampliação das franquias de sufrágio, e com a progressiva liberdade dada aos partidos, a discussão tomou outra diretriz. O imperativo tornou-se, com mais

força e cada vez mais, a implementação da máxima “um homem, um voto...”. Na verdade, o que acabou acontecendo é que se multiplicaram as formas de se fazer e de se estruturar essa máxima. E como defende Dahl “nenhuma instituição política molda a paisagem política de um país democrático mais do que seu sistema eleitoral e seus partidos. Nenhuma apresenta mais variedade” (DAHL, 2001, p. 147).

Logo após o término da segunda guerra, os questionamentos foram realocados. O clássico de Maurice Duverger é o maior exemplo da produção do período (NICOLAU, 1996). Estudo que não tratou somente da genealogia e da função dos partidos, uma discussão que tendera a rechaçar as legendas. Duverger tratou de uma relação que se tornaria paradigmática nos estudos que, após ele, se dedicassem aos partidos e aos sistemas partidários: a relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário.

Em resumo, Nicolau (1996, p. 30) expõe que o período em questão trouxe, em uma perspectiva, tanto uma nova proposta de trabalho como a conformação de um novo campo de estudos. Se até os anos 50, a literatura sobre partidos e sistemas partidários declarava uma posição rígida em favor do sistema partidário controlado, sinônimo de dois partidos. Duverger, mais propriamente até os anos 60, mostrou que o número de partidos presentes em um sistema partidário está relacionado às regras e aos mecanismos de conversão de votos em cadeiras do sistema eleitoral. O número de partidos, portanto, é um problema institucional e plenamente controlável.

No Brasil, as opiniões publicizadas nos meios de comunicação colocaram, e ainda tende a colocar, o multipartidarismo por si só como a mazela do sistema político e do governo democrático (SCHMITT, 2005, p. 7). O trecho de Thomas Skidmore é o retrato perfeito dessa preocupação (NICOLAU; SCHMITT, 1995, p. 129): “O que dizer das instituições políticas? O mais sério é o caso dos sistemas eleitorais, que funcionam mal e que criaram o sistema partidário mais fragmentado de qualquer democracia do mundo”.

Ao se dedicar às implicações do sistema eleitoral sobre o sistema partidário, Duverger colaborou com os estudos dedicados às democracias multipartidárias, e delimitou a existência de dois efeitos das regras eleitorais sobre a dinâmica do sistema partidário. O primeiro efeito de controle do sistema eleitoral é o dado pelo cálculo de conversão de votos em cadeiras, o qual é chamado de efeito mecânico. As fórmulas eleitorais recompensam os maiores partidos. O segundo efeito, estritamente atrelado

ao mecanismo do primeiro, é o efeito psicológico. Os eleitores tenderiam a deixar de votar nos partidos com pouca chance de sucesso eleitoral. Casados, os dois significam o controle da dinâmica do número de partidos eleitorais com chances de se tornarem partidos parlamentares.

Duas proposições de Maurice Duverger (1980) ficaram conhecidas como leis, as *Leis de Duverger*, são elas:

- I. O sistema partidário de um só turno tende ao dualismo dos partidos;
- II. O sistema majoritário de dois turnos e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo.

Este trabalho não retomará os testes ou reconsiderações realizados sobre essas duas proposições. Elas servirão como parâmetros interpretativos sobre as informações que seguirão, principalmente ao descrevermos a competição eleitoral nos municípios brasileiros.

A Definição Restrita de Partido

Há uma estreita relação entre o desenvolvimento da democracia e o desenvolvimento do sistema partidário (BRAGA, 2010; DAHL, 2001; NICOLAU, 1996; SARTORI, 1994b). A própria democracia é democracia de partidos (EPSTEIN, 1982). Como coloca Kinzo (2003), tarefas especificamente partidárias estão na gênese da relação democrática entre os eleitores e as elites, os dois agentes da democracia declarados por Shumpeter. O autogoverno dos grandes números e das grandes áreas, além de exigir a utilização de alguma técnica de transferência da representatividade, exigiu algum grau de conformação das elites e de suas tarefas diante do eleitorado, e do eleitorado e de suas tarefas ante suas elites:

1. estruturar a disputa eleitoral, ou seja, definir e diferenciar as opções a serem oferecidas ao eleitor, facilitando o ato de votar e possibilitando a construção de identidades políticas; e
2. mobilizar o eleitorado, isto é, incentivar o eleitor a ir às urnas e a votar em uma das opções oferecidas, opções que se constituem como agregações de preferências, ou seja, representação de interesses. (KINZO, 2003, p. 25).

Os partidos são as organizações que aceitam e submetem-se às regras do mercado eleitoral apresentando seus candidatos. Organizações que, como afirma Panebianco, “operam na arena eleitoral, na qual competem por votos” e que “quaisquer que sejam as outras arenas que dividam com outras organizações, os partidos são os únicos” que fazem isso (PANEBIANCO *apud* NICOLAU). O quadro abaixo sintetiza as duas definições dispostas por Nicolau.

Figura 01. As Definições de Partido.

AMPLA	RESTRITA
PROCURA DAR CONTA DE TODAS AS DIMENSÕES DO FENÔMENO PARTIDÁRIO.	PREOCUPA-SE EXCLUSIVAMENTE COM A DIMENSÃO COMPETITIVA.
PARTIDOS SÃO ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA ARENA ELEITORAL EM PAÍSES DEMOCRÁTICOS, PARTIDOS ÚNICOS DOS REGIMES FECHADOS, PARTIDOS MILITANTES (RELIGIOSOS, ÉTNICOS, REGIONAIS, IDEOLÓGICOS) QUE OPERAM À MARGEM DO SISTEMA POLÍTICO COM AÇÃO EXTRAPARLAMENTAR.	PARTIDOS SÃO ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPAM DAS ELEIÇÕES EM PAÍSES DEMOCRÁTICOS.
NÃO É POSSÍVEL CONSTRUIR UMA TEORIA GERAL DOS PARTIDOS COM BASE NOS PRESUPOSTOS DA DEFINIÇÃO RESTRITA, QUE EXCLUÍ DE SUA ANÁLISE OS SISTEMAS UNIPARTIDÁRIOS E OS PARTIDOS ANTI-SISTEMA.	EXISTEM DIFERENÇAS RELEVANTES ENTRE ESSAS ORGANIZAÇÕES, JUNTÁ-LAS EM UMA MESMA DEFINIÇÃO SIGNIFICARIA PERDER EM TERMOS DE PRECISÃO ANALÍTICA.

Fonte: Exposição de Nicolau (1996).
Elaboração do autor.

Além de sua atuação no mercado eleitoral, os partidos são organizações importantes por uma série de motivos: por serem agentes da representação, por serem significativos para o eleitorado, por formularem agendas mais gerais, por estimularem o alinhamento dos grupos, por legitimarem a democracia, por acessarem a recursos clientelísticos, por ordenarem a vida legislativa, por serem formuladores de políticas públicas, por apoiarem executores, pela competição entre eles ser impactante, por induzirem os atores perdedores e ganhadores a respeitarem compromissos, e por promoverem lideranças competentes (MAINWARING, 2001, p. 40–45).

Democracia, Partidos e Sistema Partidário

O estudo dos sistemas partidários, uma das formas do estudo dos partidos, elucida características fundamentais do processo de democratização (MAINWARING, 2001, p. 44). O sistema partidário é a unidade de análise que configura o mercado político de diferentes sociedades. São os sistemas partidários, sistemas de agentes nos mercados políticos, que determinam boa parte do que é provável de acontecer na política democrática, por exemplo: se a competição política será centrífuga, aglutinará competidores ou perspectivas, ou se será centrípeta, dispersará competidores e perspectivas, que tipo de lideranças surgirão.

A institucionalização destes sistemas de partidos, mais propriamente, dos sistemas partidários, é a perspectiva analítica a partir da qual Scott P. Mainwaring se dedica ao estudo da democracia, e do processo de democratização. Postura analítica que abrange tanto a estrutura social e seus atributos, quanto a estrutura institucional partidária e seus atributos. Condição sobre a qual seria possível analisar a institucionalização dos sistemas partidários e o processo de democratização. Democracia e sistema partidário.

A institucionalização é a solidificação (oposta à liquefação) dos sistemas de partidos, é um processo de estabilização que decorre das relações entre a estrutura social e a estrutura institucional política. Neste processo, os partidos competidores e os eleitores representados, atores a dois níveis, teriam um aumento de previsibilidade de uns com os outros. O trecho de Scott Mainwaring delimita:

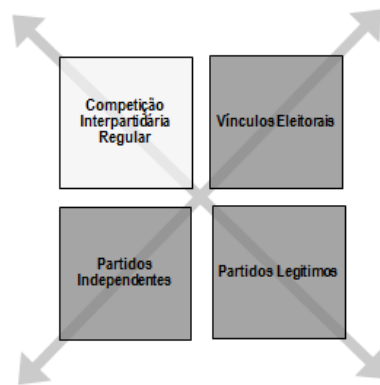
O conceito de institucionalização diz respeito a um processo pelo qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita. Os atores criam expectativas e desenvolvem orientações e comportamentos baseados na premissa de que tal prática ou organização continuará existindo em um futuro previsível. (...) Um sistema partidário institucionalizado é então aquele em que os agentes desenvolvem expectativas e comportamentos com base na premissa de que as regras e os atores fundamentais da competição partidária continuarão prevalecendo em um futuro previsível. Neste tipo de sistema, as legendas e os comportamentos dos principais partidos são estáveis. A institucionalização não exclui a mudança, mas a limita. (MAINWARING, 2001, p. 56)

A institucionalização dos sistemas partidários é uma variável própria, vai além dos partidos e do simples conjuntos de partidos. Como tal, assume distintas posições

analíticas, obedecendo aos objetivos e perspectivas dos campos e dos analistas. Algumas vezes, por exemplo, explicar a institucionalização do sistema partidário é explicar a sua relação com atributos eleitorado (CARREIRÃO; KINZO, 2004). Abordagem que privilegia uma das dimensões do fenômeno: a relação com o eleitorado. Situação em que o sistema partidário é mais institucionalizado se, ou quando, amplia seus lastros sociais. Outras vezes, explicar a institucionalização do sistema partidário é explicar suas relações com atributos institucionais-legais (PERES; RICCI; RENNÓ, 2011; PERES, 2013). Abordagem que privilegia as regulações, suas restrições e incentivos. Situação em que o sistema partidário é mais o resultado das interações legalmente possibilitadas às elites. Resumindo, ora o sistema partidário é uma variável explicada em relação a estrutura social e cultural, ora o sistema partidário é uma variável explicada em relação a estrutura legal e institucional que o possibilita (BRAGA, 2010, p. 46–50).

Para Mainwaring (MAINWARING; TORCAL, 2005; MAINWARING, 2001), quatro são as dimensões da institucionalização que deverão ser consideradas ao analisar-se os sistemas partidários são, respectivamente: a competição interpartidária regular, os vínculos eleitorais dos partidos, partidos legítimos e partidos independentes.

Figura 02. As Dimensões da Institucionalização do Sistema Partidário.



Fonte: Exposição de Mainwaring (1996).
Elaboração do autor.

A primeira destas dimensões, dedicada a competição eleitoral entre partidos de um modo agregado, é uma posição distinta das demais como apontou Peter Mair. Enquanto a primeira é um atributo dos sistemas partidários, as outras três: os vínculos dos partidos com o eleitorado, a legitimidade das organizações partidárias perante

umas às outras e os eleitores, bem como sua organização burocrática independente dos desígnios das lideranças, são atributos dos partidos.

Enquanto Scott Mainwaring consolidou toda uma agenda de pesquisas que leva em consideração a estrutura social e a institucionalização do sistema partidário:

Focalizar exclusivamente as instituições como formadoras da vida política, sem levar em conta a interação entre instituições e padrões sociais, é muito problemático. As instituições são relativamente autônomas com respeito aos interesses econômicos, aos padrões sociais e às normas culturais, mas é importante sublinhar a natureza relativa e variável dessa autonomia. Por isso, é importante examinar as conexões entre fatores estruturais e ideológico-culturais e as instituições formais. (MAINWARING, 2001, p. 37)

Apresentada sua crítica, Mair (BARDI; MAIR, 2002; MAIR, 1997) se encarregou de propor então quais seriam as dimensões próprias para a análise dos sistemas partidários.

A Unidade de Análise: Sistema Partidário

A primeira constatação que deve-se pontuar, tanto das posições analíticas assumidas pela variável sistema partidário, quanto pelas dimensões próprias do fenômeno de institucionalização dos sistemas partidários, é que existem duas perspectivas de análise e explicação de um mesmo fenômeno (BRAGA, 2010, p. 46). A primeira perspectiva, de cunho marcadamente social, é exógena. Busca atributos e variáveis na estrutura ou na ação social para explicar a maior ou a menor institucionalização dos sistemas partidários e do avanço da democracia. A outra, marcadamente institucional, é uma perspectiva endógena. Utiliza-se de variáveis e atributos legais que possibilitam a ação racional dos agentes, dos partidos em competição, por exemplo, para explicar a maior ou menor institucionalização dos sistemas partidários e do avanço da democracia.

O ganho da segunda postura analítica está na não vinculação do sistema partidário à uma dada função derivada do eleitorado. Desta perspectiva endógena, Peter Mair (MAIR, 1997) propõe duas dimensões: a estrutura da competição e a relação da competição com a formação do governo. Na primeira dimensão o objetivo é avaliar se a estrutura da competição é aberta ou fechada à inclusão de novas elites, novos atores partidários. Na segunda é avaliar o relacionamento dessa estrutura aberta, ou fechada, com o processo de formação do governo.

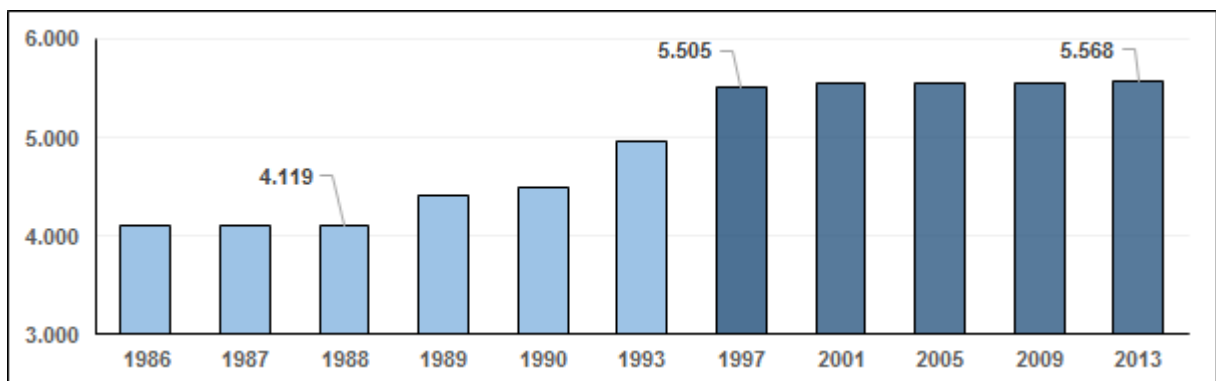
Enquanto Scott Mainwaring analisa sistemas partidários quanto a sua *solidez* ou *fluidez*, Peter Mair analisa se os sistemas partidários são *abertos* ou *fechados*. Unir uma definição restrita de partidos políticos a esta perspectiva analítica sobre a institucionalização dos partidos, dedicada aos atributos endógenos do sistema partidário, possibilita, dentre outras mais, as seguintes formulações: partidos são, portanto, organizações que buscam apoio eleitoral, e que, não necessariamente, vinculam-se ao eleitorado, ou parcela do eleitorado. Organizações sujeitas à competição e às suas ações próprias voltadas ao desempenho na arena eleitoral e na governabilidade posterior às eleições. Organizações que, uma vez eleitas, e com poder para tal, tenderiam a fechar a estrutura da competição, ou seja, não permitiriam a entrada de outros partidos no sistema. Formulações que engendrariam uma outra perspectiva sobre os partidos *catch-all*, fruto da disputa competitiva racional.

Os Distritos Eleitorais: Municípios

A Criação de Municípios no Brasil após a Constituição de 1988

Após um período de quase estagnação ao longo da década de 70, o número de municípios brasileiros avançou de algo próximo aos 3.900 para mais de 5.500 (MAGALHÃES, 2007). Os maiores saltos no número de municípios criados estão entre os anos de 1988 e 1997.

Figura 03. Municípios de 1986 a 2013 - Número de Municípios por Ano de Instalação.



Fonte: .A
Elaboração do autor.

De 1989, ano imediatamente posterior a Constituição 88, a 1997, ano imediatamente posterior às eleições municipais de 1996, foram criados 1.083 municípios.

O período que será analisado nesta pesquisa não apresentou um crescimento muito acentuado no número de municípios. Como os municípios instalados em 1997 tiveram suas eleições registradas e contabilizadas no pleito municipal de 1996, dentro do período (1997-2013) foram criados apenas 63 municípios. Número bem menor, se comparado aos anteriores. De forma geral, não será um problema em termos da consolidação das unidades de análise.

Um Panorama da Competição Eleitoral nos Municípios

As eleições municipais no Brasil ocorrem desde 1947. No entanto, a configuração atual dos pleitos, a abrangência e a forma específica em que são feitas as eleições, tanto para o legislativo quanto para o executivo municipal, tiveram seu início em 1985. Abrangência e forma que foram consolidadas em 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

Desde então ocorreram 8 pleitos municipais, o que totaliza 32 anos de eleições nestas que são as circunscrições eleitorais mais próximas dos eleitores. Ritual não alheado aos avanços tecnológicos. A urna eletrônica, gradualmente implementada a partir de 1996 (ROEDEL, 2010), esteve presente em 20 destes 32 anos. Este é um detalhe importante. Primeiro, porque a informatização do voto e do processo eleitoral como um todo fez com que em poucas horas após a realização das votações estivessem disponíveis os resultados. No último pleito municipal, em 2012, quatro horas após o encerramento das votações, boa parte dos eleitores foram dormir sabendo os eleitos do seu município. E também porque as informações sobre candidatos, partidos, e financiamento estão, cada vez mais, ricas e disponibilizadas para opinião pública. O caso mais simplório das implicações da disponibilidade destas informações pode ser o de um eleitor que tendo seu vizinho, um sujeito atuante da Pastoral da Família, como candidato a vereador, descobre, por exemplo, que ele não tem moto, carro ou qualquer outro grande bem registrado em seu nome, e ainda é divorciado.

A cada quatro anos são escolhidos os representantes que ocupam cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo. As Prefeituras, a casa do Poder Executivo no município, são constituídas por dois representantes eleitos de maneira casada, o prefeito e o vice-prefeito. Estas eleições são majoritárias, uma variação do sistema *First-*

Past-the-Post (DAHL, 2001, p. 148), onde os partidos com a maioria dos votos ganham. As menores casas do Poder Legislativo, as Câmaras Municipais, recebem um número de representantes que varia, dependendo do tamanho do eleitorado circunscrito pelo distrito, de 9 a 55. As eleições para vereador são proporcionais com uma exigência de votação mínima. Para entrarem na distribuição das cadeiras, os partidos devem alcançar o quociente eleitoral.

As Eleições de 2012, as últimas, foram realizadas em 5.568 municípios. Partidos lançaram candidatos e competiram pelo voto dos eleitores em cada um destes. Abaixo temos o número total de candidatos:

Figura 04. Eleições Municipais de 1996 a 2012 - Total de Vagas e Candidatos.

		VAGAS	CANDIDATOS
1996	PREFEITO	5.505	15.340
	VEREADOR	58.417	306.912
2000	PREFEITO	5.558	15.211
	VEREADOR	60.317	368.395
2004	PREFEITO	5.562	16.124
	VEREADOR	51.838	368.826
2008	PREFEITO	5.563	15.779
	VEREADOR	51.981	351.534
2012	PREFEITO	5.568	15.421
	VEREADOR	57.416	420.595

2

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais, TSE.

Considerando dois pleitos por cada um dos municípios, no último ano foram realizadas 11.136 eleições. Eleições que chegaram a movimentar, no agregado, mais de 400 mil interessados em assumir um cargo público.

Os candidatos estão distribuídos entre os partidos registrados. E os partidos têm se apresentado, alguns deles a ritmo crescente, nos municípios. A dinâmica dos arranjos eleitorais proporcionais e majoritários, favorecem, cada um a seu modo, a expansão e a manutenção, o crescimento, ou não, das legendas.

2. Na Tabela 01 foram contados os candidatos com registro de candidaturas deferidos e deferidos com recurso.

Figura 05. Eleições Municipais de 1996 a 2012 - Os Partidos nos Municípios.

PARTIDOS	PROPORCIONAIS					MAJORITÁRIAS				
	1996	2000	2004	2008	2012	1996	2000	2004	2008	2012
PFL/DEM	4.439	4.860	4.690	4.388	3.880	2.231	2.293	1.766	1.238	733
PAN	96	255	622	****	****	14	25	43	****	****
PC do B	599	780	1.354	1.873	2.296	51	28	105	193	227
PCB	57	69	165	195	81	10	4	12	40	36
PCO	14	14	41	9	5	5	12	34	9	5
PDT	3.217	3.080	3.682	3.959	4.060	1.219	902	859	980	844
PHS	805	841	1.046	1.217	1.473	14	52	141	96	120
PMDB	5.003	5.241	5.161	5.211	5.206	2.997	2.838	2.485	2.653	2.269
PMN	592	657	1.235	1.302	1.409	197	79	153	170	178
PP	3.820	4.189	4.357	4.275	4.457	1.574	1.407	1.268	1.205	1.078
PPL	****	****	****	****	566	****	****	****	****	49
PPS	820	2.620	3.411	3.170	3.012	162	627	894	523	431
PL/PR	2.361	2.530	4.013	3.701	3.659	687	601	1.040	914	707
PRB	****	****	****	2133	2.524	****	****	****	261	300
PRONA	135	148	451	****	****	37	15	37	****	****
PRP	714	713	1.179	1.101	1.462	161	78	149	92	134
PRTB	118	433	891	939	1.230	22	52	89	96	100
PSB	1.399	2.010	2.689	3.519	3.960	490	481	621	884	1.039
PSC	978	1.132	1.654	2.237	2.751	260	166	181	248	312
PSD	****	****	****	****	4.019	****	****	****	****	1.102
PSDB	4.229	4.536	4.651	4.711	4.648	2.186	2.073	1.924	1.777	1.625
PSDC	229	527	1.087	1.075	1.254	44	66	128	92	88
PSL	539	783	1.279	1.419	1.847	109	100	125	95	113
PSOL	****	****	****	408	517	****	****	****	280	348
PSTU	82	91	116	71	80	44	48	104	34	60
PT	2.853	3.411	5.069	4.976	5.122	1.077	1.314	1.952	1.634	1.781
PT do B	341	432	858	998	1.422	73	48	94	87	107
PTB	2.964	3.711	4.250	4.161	4.061	1.079	1.069	1.098	1.007	824
PTC	156	231	900	1.105	1.382	23	29	98	94	90
PTN	110	317	859	1.012	1.324	19	24	70	96	80
PV	549	772	1.842	2.496	2.878	122	135	294	384	413

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais, TSE.

Este número de eleições realizadas a cada quatro anos, neste número de municípios, e com tantos candidatos e partidos envolvidos é uma prova surpreendente do enraizamento das instituições eleitorais brasileiras.

CAPÍTULO 02. O FORMATO DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DOS NÍVEIS AGREGADOS DE PARTICIPAÇÃO E DOS TIPOS AGREGADOS DE VOTAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 1996 A 2012

O presente capítulo é uma análise do formato geral da participação eleitoral nas eleições municipais compreendidas entre 1996 e 2012, orientada pela tese de que o sistema eleitoral brasileiro, o conjunto de regras que esclarece aos eleitores e aos candidatos como são os processos eleitorais, tem promovido e balizado no mínimo dois fenômenos essenciais para a consolidação de uma poliarquia: estabilização da legitimidade eleitoral e orientação institucional dos insatisfeitos.

Seu texto é composto em três seções: a primeira, que se inicia a seguir, dedicada a uma breve exposição da estrutura da análise e dos instrumentos analíticos adotados, a segunda, dedicada a uma série de análises quantitativas produzidas a partir deles, e a terceira e última, dedicada a uma síntese das proposições teóricas traçadas no primeiro capítulo com as constatações desse.

Estrutura da Análise

Essa primeira seção é uma seção preliminar; nela estão esclarecidos os principais elementos metodológicos das análises que comporão toda a segunda seção do texto, a saber: a origem dos dados, a utilidade analítica dos indicadores selecionados, o procedimento de cômputo de cada um deles, suas formas de leitura, bem como os testes estatísticos específicos realizados com cada.

Nesse capítulo são estudados os níveis de participação eleitoral e as taxas de alienação eleitoral das eleições municipais brasileiras nas últimas cinco eleições. Sobre ele foram realizadas três análises quantitativas: uma análise quantitativa descritiva dos valores do percentual de votos válidos (V_v) e da taxa de alienação eleitoral (A_e), uma análise da evolução dos valores do percentual de votos válidos ($\Delta\%V_v$) e dos valores da taxa de alienação eleitoral ($\Delta\%A_e$) no tempo, e por fim, uma análise quantitativa da correlação dos percentuais de votos válidos (V_v) e taxa de alienação eleitoral (A_e) de cada município com indicadores que tracem os perfis socioeconômicos municipais. Essas três análises foram empregadas para atingir os objetivos delimitados a seguir.

Objetivos

A tessitura argumentativa desse capítulo foi composta para atender a quatro objetivos:

- I. Descrever os valores observados do Percentual de Votos Válidos (V_v) e da Taxa de Alienação Eleitoral (A_e) para as eleições municipais brasileiras compreendidas entre 1996 e 2012 (1996, 2000, 2004, 2008 e 2012).
- II. Analisar a Variação Percentual ($\Delta\%v_i$) dos valores observados desses dois indicadores entre as eleições subsequentes e para o período completo (1996-2000, 2000-2004, 2004-2008, 2008-2012 e 1996-2012).
- III. Decompor a Taxa de Alienação eleitoral (A_e); separar abstenções eleitorais, votos brancos e votos nulos, e identificar o quanto cada um deles contribuiu na sua formação, na formação da Taxa de Alienação Eleitoral (A_e) de cada uma das eleições (1996, 2000, 2004, 2008 e 2012).
- IV. Analisar a relação entre o perfil socioeconômico municipal e a participação eleitoral.

Dados

Os dados utilizados no cômputo dos indicadores deste capítulo são dados secundários originais de duas fontes. Os dados municipais foram obtidos no portal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os resultados eleitorais foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais, um sistema unificado dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nesse levantamento foram coletadas informações geográficas, sociais, econômicas e eleitorais de todos municípios existentes em cada um dos anos analisados e para os quais havia resultado divulgado dos pleitos até a data da última atualização das bases de dados. Só para 2012 foram tratados 5.568 registros, municípios existentes nos quais aconteceram pleitos e para os quais foram encontrados resultados distribuídos entre as legendas então registradas.

Indicadores de Participação Eleitoral

Uma vez que o principal interesse deste capítulo está no formato que a

participação eleitoral municipal assumiu nas cinco últimas eleições, para seu estudo foram calculados dois indicadores e as variações percentuais destes indicadores: o percentual de votos válidos (V_v), a taxa de alienação eleitoral (A_e), as variações percentuais do percentual de votos válidos ($\Delta\%V_v$) e as variações percentuais da taxa de alienação eleitoral ($\Delta\%A_e$). Enquanto os dois primeiros indicadores são utilizados para analisar a macroconformação das escolhas dos eleitores em cada ano eleitoral entre os municípios, os restantes, as variações percentuais, são medidas utilizadas para analisar a variação dos comportamentos agregados dos eleitores nas eleições municipais ao longo do tempo. A seguir estão os procedimentos de cômputo e as leituras básicas possíveis a partir deles.

Votos Válidos

Os votos válidos contados de uma eleição têm finalidades eleitorais, em primeira instância, e podem ter finalidades analíticas, como nesse trabalho. Em termos legais e operacionais, o número de votos válidos de uma dada eleição é um dos elementos básicos na aplicação dos princípios formulados nas regras eleitorais das eleições majoritárias e das eleições proporcionais: o *princípio de decisão* e o *princípio de representação*. São os valores calculados que dirão quem são os eleitos; quem ganhou as eleições majoritárias e quem receberá cadeiras nas eleições proporcionais. E em termos analíticos, o percentual de votos válidos (V_v) é um indicador da legitimidade da interação existente entre os sistemas eleitorais e os sistemas partidários. Do quanto a demanda eleitoral, figurada no eleitor que seleciona e vota, se satisfaz com as listas produzidas da oferta partidária, figurada nas listagens de candidatos lançados.

Durante o período analisado existiram dois procedimentos adotados na composição dos votos válidos. Um que vigorou antes da Lei das Eleições de 1997, ainda sob a égide do Código Eleitoral de 1965 (Lei nº 4.737), no qual os votos brancos eram contados nas fórmulas eleitorais, nas regras que definiam o cômputo dos votos válidos e do quociente eleitoral. Fórmula de cômputo que durou até as eleições de 1996. E um outro que vigorou a partir de 1997, em artigo dado pela Lei das Eleições, onde os votos brancos não seriam mais contabilizados nas fórmulas eleitorais para as eleições proporcionais.

Nesse trabalho o procedimento de cômputo dos votos válidos adotado para analisar as eleições de 1996, 2000, 2004, 2008 e de 2012 foi apenas um: o atual. Seu

cômputo é dado pela soma dos votos dados para os candidatos, os chamados votos nominais, com os votos dados para as legendas partidárias, que podem ser partidos ou coligações de partidos. E o percentual de votos válidos (V_v) é o resultado da divisão do número de votos válidos pelo número de eleitores que compareceram às eleições, multiplicado por 100. Portanto, os votos brancos não foram contabilizados em nenhuma das somas necessárias a composição dos números e percentuais de votos válidos.

Alienação Eleitoral

A taxa de alienação eleitoral (A_e) é um indicador da falta de legitimidade do sistema eleitoral e do sistema partidário vigente. Mensura a quantidade de eleitores que não seleciona uma das opções listadas de candidatos ou de legendas, e que não comparece aos pleitos.

Operacionalmente, é a soma do número de eleitores que faltou ao pleito, do número de votos brancos e do número de votos nulos em razão do número de eleitores aptos da circunscrição eleitoral. É a parcela dos eleitores que por algum motivo, ou mesmo sem motivos, optou por não exercer ou não pôde exercer seu direito eleitoral.

Variação Percentual dos Indicadores

A variação percentual ($\Delta\%v_i$) é uma medida utilizada para descrever a evolução de uma variável em razão de si mesma quando observada em pontos de registro distintos no tempo. Ou seja, é sempre uma medida empregada na avaliação de outros indicadores. Nesse estudo, será calculada para a variação percentual dos percentuais de votos válidos e da taxa de alienação eleitoral de cada município.

A composição da medida deriva do cômputo da variação absoluta e da variação relativa. A variação absoluta (Δv_i) é a diferença entre os valores da variável registrados em dois pontos no tempo, a variação relativa ($\Delta v_i/v_i$) é a diferença entre os valores registrados em dois pontos no tempo em razão de um deles, seja o observado inicial, seja o final, e a variação percentual é a diferença entre os valores registrados em dois pontos no tempo em razão de um deles, seja o observado inicial, seja o final, e por fim, multiplica essa razão por 100.

A medida utiliza o mesmo cômputo inicial da diferença entre os valores, também relaciona a diferença das observações à uma das observações selecionada como padrão, e multiplica a variação relativa por 100. Enquanto as $\Delta v_i/v_i$ apresentam seus resultados sempre em proporção, sempre um número racional, as $\Delta\%v_i$ apresentam seu correlato em percentuais, sempre um número acompanhado do símbolo %. Geralmente não existe uma diferença substancial entre a utilização dessas duas medidas, a distinção entre a variação relativa e a variação percentual, tanto nesse quanto em outros trabalhos que se utilizem dessa medida, é uma escolha de comunicação, ou mesmo uma escolha pedagógica.

Resumindo, sendo v_i um conjunto de i -ésimas observações de uma conhecida variável quantitativa contínua registradas em dois ou mais pontos do tempo, é possível calcular o quanto os valores de v cresceram ou decresceram em relação a um ponto selecionado nesses distintos pontos. A observação tomada como padrão é o denominador do cômputo, a parcela que a diferença entre dois pontos de registro de uma variável ocupa dentro do que já existia como valor registrado.

Os resultados esperados do cômputo dessa equação são de dois tipos: um quanto à sua magnitude, e outro quanto à sua sinalização. Quando um dos valores de v é comparado ao seu valor imediatamente anterior, ou anterior selecionado, a magnitude da variação pode ser maior, menor, ou ausente, e o sinal da variação pode ser negativo, o que indica o decrescimento do valor ou positivo, o que indica o crescimento do valor. Valores iguais a zero, indicam a ausência de variação entre as duas observações, o valor observado é igual nos dois pontos do tempo.

O Tamanho do Eleitorado das Eleições Municipais do Brasil

A cidadania democrática dos brasileiros não esbarra mais na falta de distribuição e da garantia de direitos políticos básicos como o direito de votar e a regularidade das eleições. Há o sufrágio universal, direto, regular e igualitário. O direito de voto é alargado, não existem regras censitárias ou capacitárias na definição do eleitor apto, é periodicamente solicitado, uma vez que as eleições são regulares e ocorrem a cada dois anos, e é minimamente igualitário, afinal, um homem conta um voto e um voto pesa um voto. Foi-se o tempo em que a classe social, o gênero, a cor, a renda e a idade eram delimitadores legais de expansão das franquias desse direito político.

Hoje, todo brasileiro ou brasileira com idade superior a 16 anos pode comparecer às urnas e escolher o candidato que lhe agrada.

A estrutura administrativa do estado brasileiro tem três níveis: o nível federal, o nível estadual e o nível municipal, e cada uma destes três têm eleições específicas para suprimento de seus cargos. Esse trabalho é dedicado ao nível municipal, onde em cada um dos mais de cinco mil municípios brasileiros são realizadas eleições específicas para os cargos do executivo e do legislativo, para os quais se lançam os candidatos. Uma vez que o tamanho dos eleitorados municipais difere, esta seção explora os tamanhos dos eleitorados existentes, indicador da magnitude da distribuição do direito de voto, e os níveis de participação dos eleitores, indicador da legitimidade dos pleitos realizados.

Ao decorrer dessa seção veremos que houve crescimento dos eleitorados, dos comparecimentos dos eleitores e que os movimentos de sair de casa e ir às urnas para escolher os seus representantes, além de um direito presente no cotidiano, mobilizou maiores e cada vez mais sólidos contingentes nos municípios brasileiros.

O Comparecimento e a Abstenção

A presença e a falta dos eleitores aos pleitos são os primeiros indicadores da efetividade da interação existente entre um sistema eleitoral e um sistema partidário. São elas que dizem a legitimidade de um sistema representativo ao primeiro olhar do analista. Existem outros indicadores, as seções seguintes desse mesmo texto tratarão deles, mas nenhum substitui esses. Assim, essa seção trabalha informações referentes aos cálculos do Comparecimento Eleitoral e da Abstenção Eleitoral para as cinco eleições de prefeitos e de vereadores que ocorreram nos últimos dezesseis anos, de 1996 a 2012.

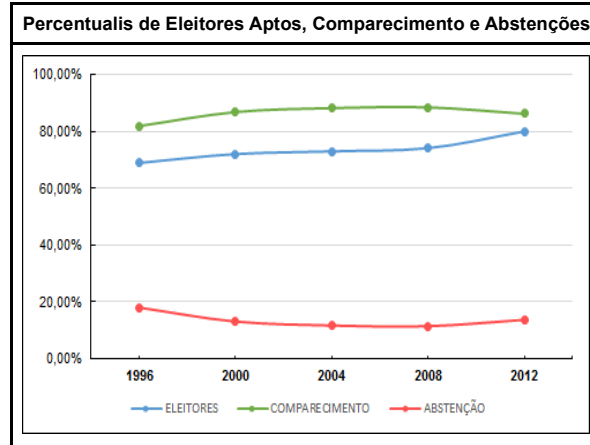
Ao lado da distribuição do direito de escolha dos seus governantes, do direito de votar, cresceu a presença dos eleitores nos eventos eleitorais, nos momentos efetivos da escolha democrática. Só no último ano, em 2012, mais de 100 milhões de brasileiras e brasileiros puderam escolher, foram escolher e de fato escolheram seus governantes locais.

O somatório de eleitores aptos, o eleitorado efetivo de cada eleição municipal, aumentou quase 10 milhões a cada ano eleitoral e o número absoluto dos eleitores

que compareceram, dos eleitores aptos e que foram votar, cresceu entre 5 e 11 milhões a cada eleição. Enquanto o número de eleitores aptos a votar nas eleições municipais de 1996 era de 98.669.911, nas de eleições municipais de 2000 foi 108.473.423, nas de 2004 foi 119.490.820, em 2008 foi 128.806.592 e em 2012 foi 138.544.348. E enquanto o número de eleitores que compareceram às urnas para votar era de 80.652.261, nas de 2000 foi 92.205.204, nas de 2004 foi 102.526.992, em 2008 foi 110.085.172 e em 2012 foi 115.807.514. A diferença entre as últimas e as primeiras eleições realizadas é de cerca de vinte milhões de eleitores aptos a mais e de treze milhões a mais de eleitores que compareceram. Houve um crescimento considerável em termos absolutos. Resta saber se a tendência é a mesma em termos relativos.

A distribuição do direito de voto e da presença nos pleitos em termos percentuais não foi sempre crescente entre os pleitos de anos subsequentes, mas para o período completo a tendência foi de crescimento. As tendências apresentadas no gráfico abaixo resumem o que ocorreu de um pleito para o outro e para o período completo. Enquanto em 1996, a média do percentual das populações municipais que gozavam o direito político eleitoral de voto era de 68,98%, nas de 2012 a média para o conjunto dos municípios brasileiros foi de 80,03%, uma diferença de mais de pontos percentuais. E enquanto em 1996, a média do percentual do comparecimento dos eleitores era de 81,97%, nas de 2012 a média foi de 86,25%, 4,28% maior. Em termos percentuais é possível constatar o aumento.

Figura 06. Médias dos Percentuais de Eleitores Aptos, dos Percentuais de Comparecimentos Eleitorais e dos Percentuais de Abstenções Eleitorais das Eleições Municipais do Brasil de 1996 a 2012.³



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Contagem e Estimativas Populacionais - IBGE (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

A participação do eleitorado entre os municípios está estável. A variação dos percentuais de comparecimento dos eleitorados em relação à média diminuiu. O movimento agregado de ir votar foi mais sólido entre as mais de 5.000 populações municipais finais, participantes das últimas eleições do período analisado, do que nas iniciais. Enquanto em 1996 e em 2000, os dois primeiros anos analisados, o desvio-padrão das variações dos percentuais de comparecimento foram de 8,24% e de 6,69%, os percentuais de comparecimento das Eleições Municipais de 2012 foi de 5,44%, um dos menores da série. Existe um padrão de adequação do comparecimento eleitoral intermunicipal em pleno vigor.

No entanto, ao lado da análise dos níveis de comparecimento eleitoral é importante analisar os níveis de abstenção. A falta ao pleito, além de contar as parcelas do eleitorado que simplesmente abdicaram de um direito, é um indicador da baixa legitimidade do sistema eleitoral e do processo eleitoral-partidário.

³ As médias apresentadas nesse e nos demais gráficos é uma *média aparada* de $m = 2$, que desconsidera em seu cálculo $m\%$ de casos das duas extremidades. Da mesma forma, os desvios-padrão referenciados no texto foram calculados de acordo com essa média. Em todos os anos eleitorais ocorreram valores extremos, por isso a opção por este tipo de média.

A medida da abstenção, em si, é complementar à medida do comparecimento, mas ela guarda aspectos que podem ser alinhados e discutidos sob sua própria ótica. Por exemplo, da mesma forma que os motivos que levam ao comparecimento dão fundamentações teóricas importantes nas explicações do voto, o não comparecimento também importa. O não comparecer tanto pode ser um ato carregado de causalidades políticas, como pode ser um ato engendrado em causalidades de outra ordem. Por mais que este trabalho não objetive encontrar e explicar as causas para a abstenção eleitoral, é necessário resguardar seu espaço como um indicador importante, que deve ser melhor explorado.

O número absoluto dos eleitores aptos que não foi votar teve momentos de redução e teve momentos de ampliação de uma eleição para a outra. As oscilações que ocorreram foram de aproximadamente 2 milhões de faltosos entre as eleições de 1996 a 2008, hora a mais e hora a menos, e nas eleições de 2012 ocorreu uma oscilação de mais de 4 milhões. Nas eleições municipais de 1996, o número de eleitores que não compareceu às urnas foi de 18.017.650, nas de 2000 foi de 16.259.358, nas de 2004 foi 16.955.433, em 2008 foi de 18.721.420 e em 2012 foi de 22.736.804. Os pleitos de 2000 e de 2004, dados os valores, foram os que tiveram os menores números absolutos de eleitores que se abstiveram, e o pleito de 2012, o último, é o que teve o maior valor observado dentre as eleições analisadas.

Na verdade, a abstenção eleitoral não deixou de ocorrer, o mais provável é que nunca deixe, mas chegou a níveis percentuais menores nas eleições finais dos que os das eleições iniciais da série analisada. Em 1996, a média dos percentuais de abstenção eleitoral dos municípios era de quase 18,03%, e em 2012 a média dos percentuais de abstenção eleitoral foi de 13,75%. Mesmo as médias dos percentuais não tendo decrescido de maneira direta entre todas as eleições, indicaram uma redução absoluta de quase 5 pontos percentuais da primeira para a última eleição. Em 2008 foi registrado o menor dos valores (11,48%), ano em que houve uma redução de mais de 6,5 pontos percentuais em relação às eleições municipais de 1996. De modo geral, uma vez que o comparecimento eleitoral aumentou, ocorreu o movimento esperado da parcela de eleitores faltosos; ela diminuiu. Mesmo com as últimas eleições apresentando uma variação de quatro milhões de faltosos a mais que em 2008, elas apresentaram uma abstenção relativa menor que as observadas no começo do período, em 1996.

A variação do percentual das abstenções entre os municípios decresceu de uma eleição para outra. Em 1996, o desvio-padrão dos percentuais de abstenção eleitoral dos municípios foi de 8,24%, e em 2012 o desvio-padrão dos percentuais de abstenção eleitoral foi de 5,44%. As médias dos percentuais decresceram de maneira direta entre todas as eleições, e a menor redução ocorreu entre 2008 e 2012. Os níveis observados do percentual de faltosos entre os municípios foram mais próximos uns dos outros, comportando oscilações de menor amplitude a cada eleição. É possível sustentar que existe um patamar de não comparecimento correlato à padronização do comparecimento eleitoral intermunicipal que está em pleno vigor.

As principais constatações dessa aproximação do tema são as de que o eleitorado e o comparecimento dos eleitores cresceram e a de que os níveis das abstenções eleitorais decresceram. As variações do crescimento, do comparecimento e da abstenção foram menores nas últimas do que nas primeiras eleições. Tudo indica que há uma estabilização da participação eleitoral; tanto pelas regras que levam às urnas, quanto pelas condições que fazem faltar.

Os Votos Válidos, os Brancos e os Nulos

Além do eleitor escolher se vai ou não comparecer ao pleito, que foi o assunto da seção anterior, ele deve escolher entre um candidato, uma legenda, o voto branco, ou o voto nulo. Hoje, para efeitos eleitorais, votos brancos e votos nulos têm o mesmo valor, ambos não afetam em nada o cômputo dos quocientes eleitorais e partidários.

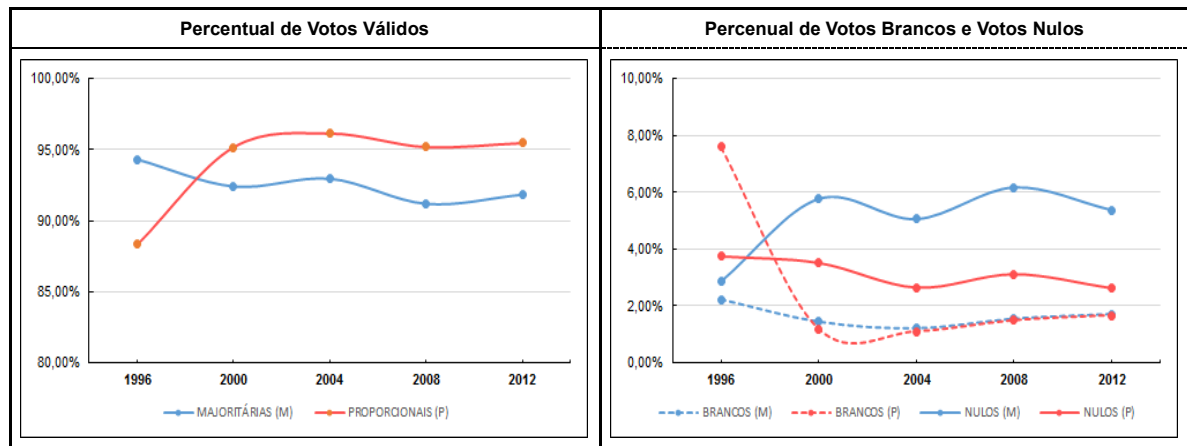
Os tipos de voto que foram depositados nas urnas implementam a leitura das eleições. Se a presença aos pleitos indica que há vida na interação existente entre o sistema eleitoral e o sistema partidário, os tipos de voto, por sua vez, indicam a saúde dessa interação, mesmo no caso das eleições municipais brasileiras, onde a presença aos pleitos é obrigatória. Por isso, além dos indicadores primários dos níveis de participação, é necessário acompanhar se as escolhas realizadas pelos eleitores nos pleitos se deu por alguma das opções registradas nas ofertas existentes ou se ocorreu fora delas, dando indicações de insatisfação com o que foi ofertado.

Os tipos agregados de voto são os somatórios dos votos que foram depositados em nome de candidatos apresentados nas listas partidárias e nas legendas existentes, ou em uma das opções legais possíveis (votos brancos ou votos nulos). A diferença

substancial entre uns e outros é o fato do eleitor optar por um dos candidatos que estão sendo ofertados, seja em lista unitária, no caso das eleições majoritárias, seja em lista aberta composta por vários nomes, no caso das eleições proporcionais. A opção pelo voto branco ou pelo voto nulo, contrária à opção dentro do que é ofertado, é a opção da não contemplação nas ofertas.

A tendência mais clara é a de que os votos válidos, os votos brancos e os votos nulos atingiram novos patamares e se estabilizaram. Da mesma maneira que das eleições de 1996 para as eleições de 2000 houve uma mudança de patamares e de estabilização nos níveis de participação do eleitorado, como visto na seção anterior, os percentuais dos tipos de votos também se estabilizaram em novos patamares, e justamente na mudança de 1996 para 2000. A média do percentual de votos válidos nos municípios é praticamente a mesma entre as eleições, sempre entre 90,00 e 95,00%, e a média dos percentuais de votos brancos e dos percentuais de votos nulos também são praticamente os mesmos.

Figura 07. Médias dos Percentuais de Votos Válidos, dos Percentuais de Votos Brancos e dos Percentuais de Votos Nulos nas Eleições Municipais Brasileiras de 1996 a 2012.



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Contagem e Estimativas Populacionais - IBGE (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Ocorreu uma mudança na média dos percentuais de votos válidos nas eleições proporcionais. A linha vermelha, no gráfico da esquerda, inverte sua posição. As médias dos percentuais de votos válidos das eleições proporcionais cresceram e se es-

tabilizaram sempre acima das médias dos percentuais das eleições majoritárias, ficando sempre em patamares superiores a 95,00%. Mudança correlata à que ocorreu com as médias dos percentuais dos votos brancos e nulos, só que de maneira inversa.

As médias dos percentuais de votos brancos nas eleições proporcionais tiveram uma queda acentuada de 1996 para 2000. As duas linhas tracejadas das médias dos percentuais de votos brancos para as eleições proporcionais e para as eleições majoritárias se estabilizaram sempre abaixo das linhas inteiriças que apresentam a média dos percentuais de votos nulos. Enquanto a média dos percentuais de votos nulos para as eleições majoritárias cresceram e chegaram a 6,00%, a média das eleições proporcionais decresceram e chegaram a 3,00%. É mais comum o voto nulo do que o voto branco, tanto para prefeito quanto para vereador, e é mais comum o voto nulo nas eleições para prefeito do que nas eleições para vereador.

As constatações pontuais que resumem essa seção do texto são a de que o comparecimento dos eleitores resultou em altos níveis percentuais de votos válidos, a de que houve uma queda acentuada dos votos brancos nas eleições proporcionais entre 1996 e 2008, e a de que houve uma nova padronização dos tipos de votos depois de 2008, padronização que alterou os níveis percentuais de votos brancos nas eleições proporcionais. De modo geral, é possível apontar que as eleições proporcionais promoveram mais adesão dos eleitores à seleção eleitoral do que as eleições majoritárias, essas últimas apresentaram os maiores patamares de votos nulos.

A Evolução dos Agregados de Votos nas Eleições Municipais do Brasil

Até então foram analisados quatro indicadores percentuais referentes à participação do eleitorado em cada município: os comparecimentos, as abstenções, os votos válidos e os votos nulos e brancos. Cada uma das seções anteriores descreveu os níveis médios dos percentuais destes indicadores em cada um dos anos eleitorais. Essas médias dos percentuais possibilitaram analisar os níveis de padronização do sistema para pleito e se as variações de um município para o outro foram altas. Esses instrumentos atenderam questões de tendência central e de variação entre os municípios em uma mesma eleição, dentro de um mesmo ponto de observação no tempo. No entanto, os níveis médios dos percentuais não possibilitam análises que façam referência à intensidade das variações geradas pelos conjuntos de regras que regem

a seleção eleitoral em cada uma das unidades de análise entre os pontos no tempo, entre as eleições. Essa é a preocupação que engendrou as análises que constituem essa seção: a intensidade da variação da seleção eleitoral entre os anos eleitorais subsequentes.

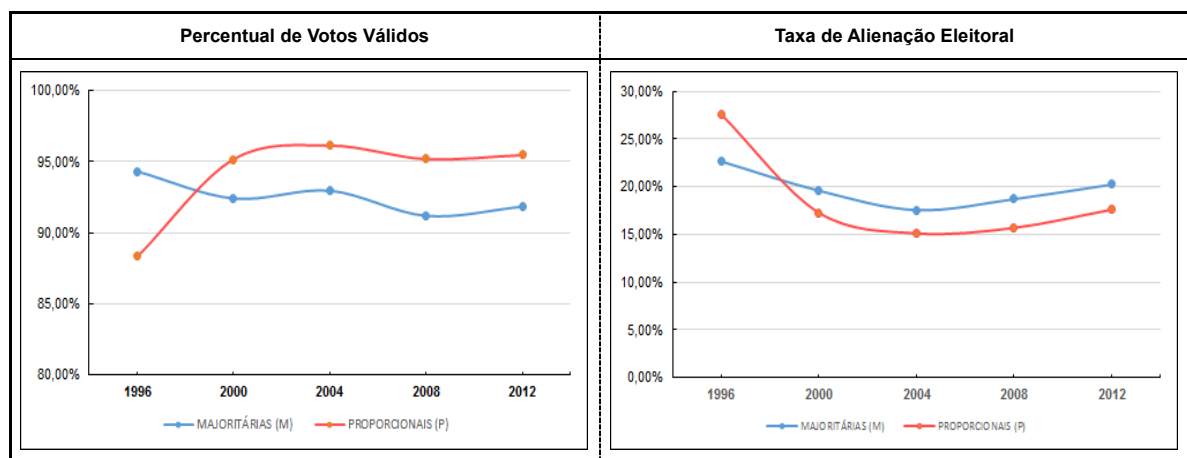
De modo específico, essa seção explora a composição de dois indicadores: os Votos Válidos (V_v) e a Taxa de Alienação Eleitoral (A_e). Primeiramente foram descritos os patamares percentuais de cada um deles, depois foram analisadas suas variações no tempo, e por fim foram analisadas quais as principais componentes de sua formação. O principal objetivo das análises da variação percentual dos indicadores selecionados é o de verificar a intensidade da variação para as unidades de análise com o passar dos anos eleitorais; acompanhar o conjunto de municípios e verificar se a intensidade das alterações observadas nos valores dos indicadores apresentam algum padrão.

Veremos que uma série de constatações foram obtidas a partir do cômputo e da análise do Percentual de Votos Válidos (V_v) e da Taxa de Alienação Eleitoral (A_e): a primeira constatação é a de que os V_v se distribuem de maneiras diferentes entre os dois tipos de pleitos que constituem as eleições municipais, os de prefeitos e os de vereadores. Dela é possível sustentar a proposição de que as regras eleitorais, além de configurarem a competição interpartidária, conformam as escolhas eleitorais. A segunda constatação, estritamente alinhada com os produtos das seções anteriores, é a de que o formato da seleção eleitoral nos municípios passou por uma mudança em seus patamares médios. Se em 1996 as eleições municipais proporcionais apresentaram os menores valores observados dos indicadores de participação eleitoral, a partir de 2000 isso não aconteceu mais, após 2000, justamente elas promoveram os maiores patamares e adesão do eleitorado. A terceira constatação é a de que as eleições majoritárias, após 2000, além de assumirem valores médios da A_e sempre maiores dos que os valores médios das A_e das eleições proporcionais, também aumentaram a variação destes percentuais de um município para o outro. Uma vez que as abstenções eleitorais reduziram, este aumento da variação está relacionado a um aumento de votos nulos ou votos brancos. A suspeita inicial, orientada pelas constatações das seções anteriores, é de que foram causados pelo aumento dos votos nulos.

Duas diferenças nos dois primeiros pleitos, os de 1996 e 2000, se destacaram. Uma no nível médio dos percentuais de votos válidos (V_v) e outra, conseqüentemente,

nos níveis médios da taxa de alienação eleitoral (A_e). Na diferença entre os dois primeiros pleitos da série é possível observar que os V_v das eleições proporcionais obtiveram uma parcela considerável do eleitorado ante os V_v das eleições majoritárias, e na diferença entre os mesmos pleitos para a série das A_e é possível observar que, possivelmente acompanhando a reconfiguração dos votos válidos, as A_e decresceram.⁴

Figura 08. Médias dos Percentuais de Votos Válidos e das Taxas de Alienação Eleitoral das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

A média das A_e das eleições provenientes do sistema eleitoral proporcional estavam acima das provenientes do sistema eleitoral majoritário. Enquanto em 1996 a média das A_e das eleições para vereadores era de 27,60%, a média das A_e das eleições para prefeitos era de 22,66%. No entanto, a partir das Eleições Municipais de 2000 a posição destas médias se inverteu e as taxas geradas pelos mercados eleitorais majoritários tiveram médias sempre superiores às geradas pelos mercados eleitorais proporcionais.

A mudança não ocorreu somente em termos das posições das médias dos percentuais, que se estabilizaram com as médias das majoritárias acima em todas as outras eleições, ocorreu também nas variações. Em 1996 o desvio-padrão das A_e das

4. O peso dos votos brancos e dos votos nulos não são os únicos a contar no cômputo da Taxa de Alienação, as abstenções também contam.

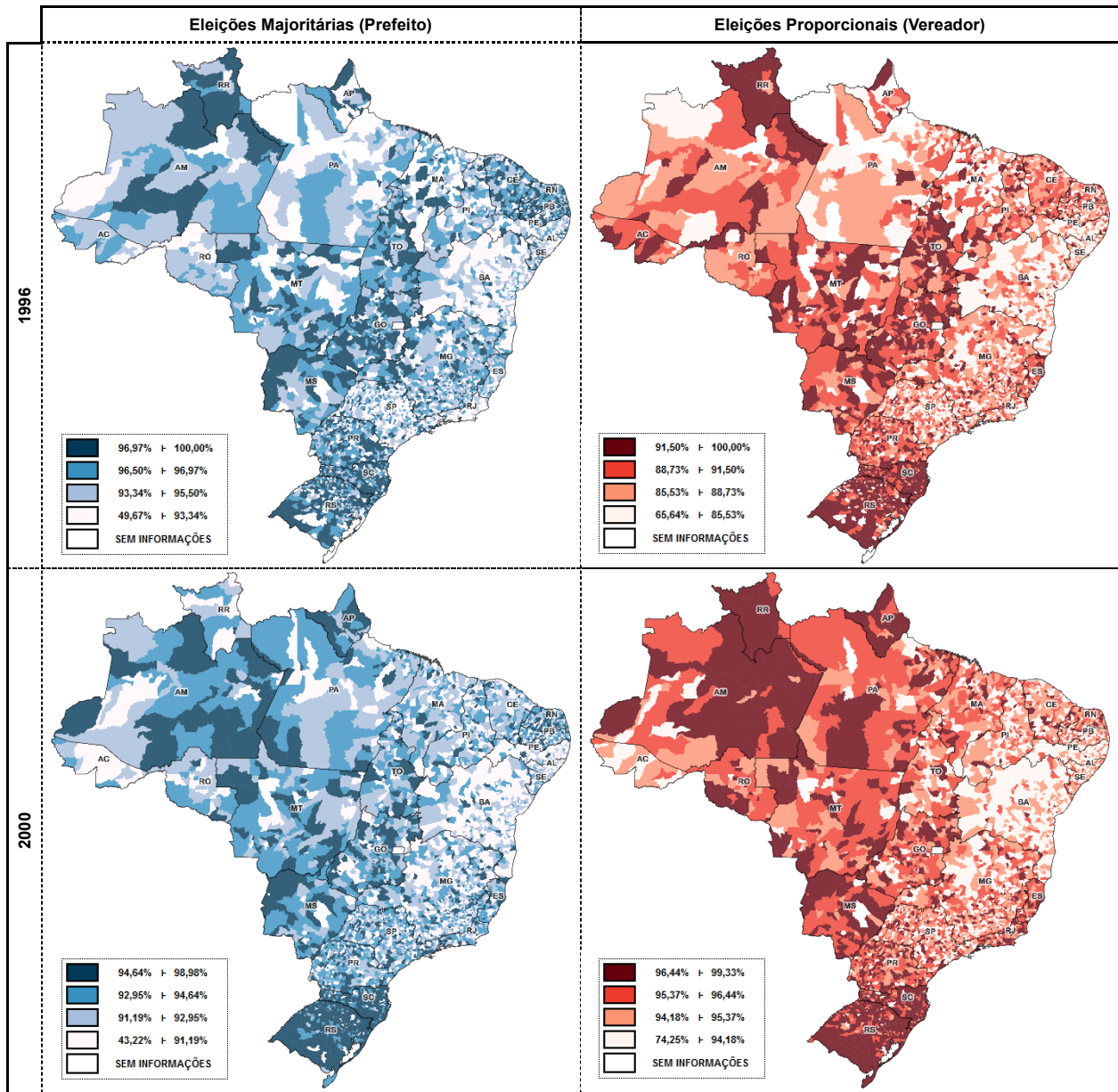
eleições proporcionais eram maiores que o desvio das majoritárias, eram de 8,13% e 7,78%, respectivamente. Ou seja, ambas tinham desvios bem próximos no começo da série, o que pode ser relatado como um padrão, mas um novo padrão se consolidou a partir de 2000. Ocorreram duas coisas: uma redução dos valores da variação entre os municípios e um distanciamento dos desvios das A_e das eleições proporcionais dos valores da variação entre os municípios para as majoritárias.

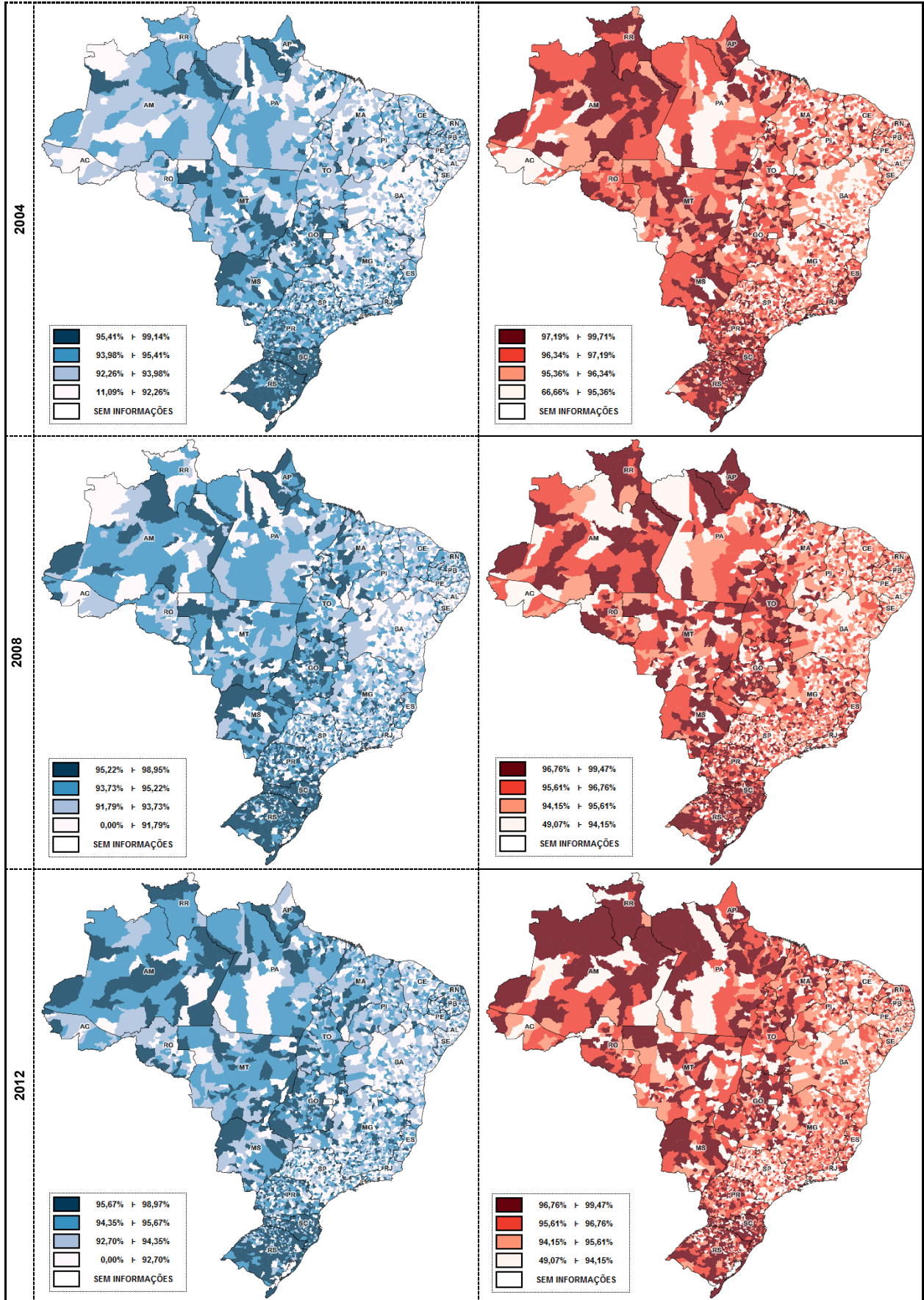
As eleições majoritárias, em posição superior, registraram dois níveis diferentes de variação, um em 2000 e 2004 (7,88% e 8,14%), e outro em 2008 e 2012 (10,50% e 10,29%). Enquanto as distribuições das taxas de alienação entre os municípios das eleições para prefeitos oscilaram mais se comparadas no tempo, as taxas de alienação das eleições para vereadores oscilaram menos nas últimas eleições. Em termos comparativos há mais variação, a maiores patamares, nas eleições para prefeitos.

A dinâmica da seleção eleitoral realizada nos municípios passou por uma mudança em seus patamares médios. Se em 1996 as eleições municipais proporcionais apresentaram os menores valores observados dos indicadores de participação eleitoral, a partir de 2000 isso não aconteceu mais. Após 2000, foram justamente elas que promoveram os maiores patamares e adesão do eleitorado. Essa mudança, mesmo não ficando tão clara nos mapas abaixo, fica demarcada em dois elementos de sua construção: fica demarcada nas amplitudes de variação dos conjuntos de valores de cada ano nas legendas e fica demarcada no aparente rompimento de um padrão espacial de concentração dos baixos percentuais participações eleitorais.

As amplitudes de variação dos valores das legendas dos mapas das eleições proporcionais são sempre menores e concentradas a maiores níveis percentuais que as amplitudes dos valores das legendas dos mapas das eleições majoritárias. É possível afirmar, em termos intuitivos dados pelos mapas coropléticos, que o Estado da Bahia (BA) concentrou municípios com baixo V_v na primeira e na segunda eleições da série, em 1996 e em 2000, e que tal condição não se sustentou nas demais eleições. Pelo menos um padrão espacial de concentração dos baixos percentuais se rompeu.

Figura 09. Percentuais de Votos Válidos das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.

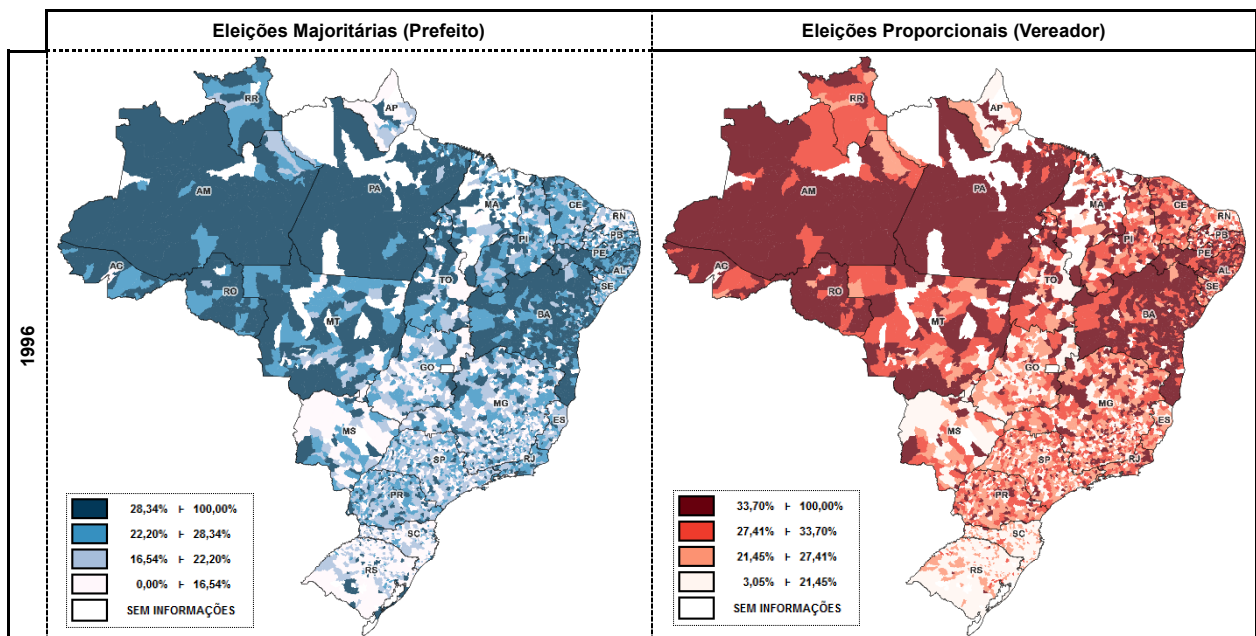


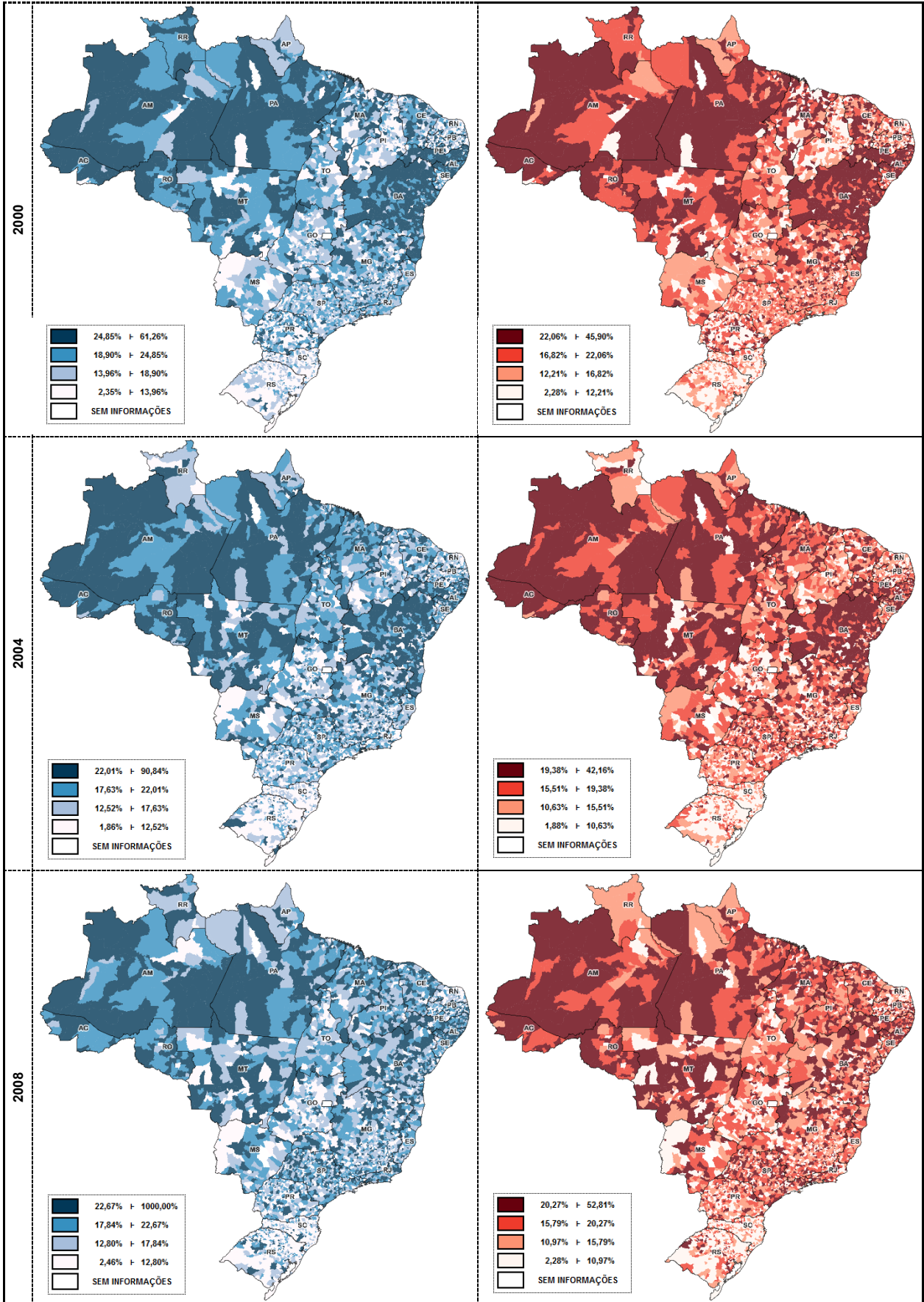


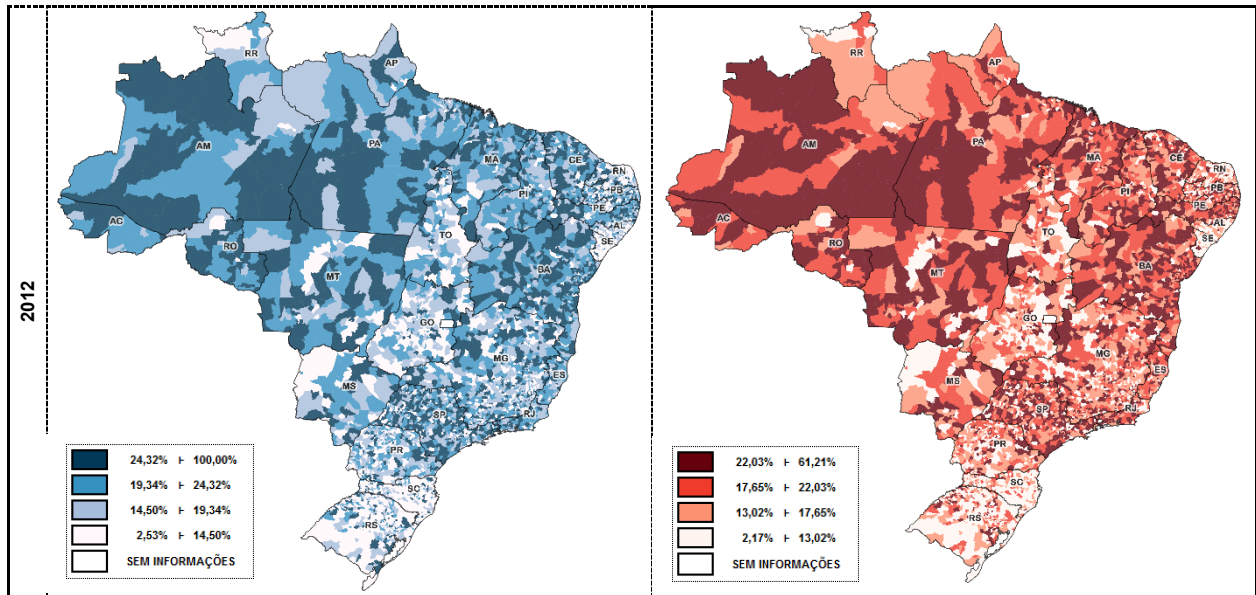
Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Quanto às A_e , que estão apresentadas nos mapas abaixo, é possível dizer que existe um padrão espacial mais ou menos estável entre as eleições: os municípios do Estado do Rio Grande do Sul quase sempre tiveram os menores níveis observados e os municípios dos estados da Região Norte quase sempre contaram os maiores valores observados. Parte importante da literatura sobre os níveis de participação e de alienação eleitoral coloca elementos de natureza socioeconômica e ecológica, como a distância e a dificuldade de acesso aos locais de votação como contributos essenciais para a configuração desses padrões espaciais. Mais adiante serão explorados elementos de ordem socioeconômica.

Figura 10. Taxa de Alienação Eleitoral das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.







Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Enfim, a maior constatação diante desses movimentos e tendências centrais dos indicadores em cada ano é a de que o comportamento do eleitorado mudou diante das eleições, ajustou-se a lógicas distintas para cada uma das eleições específicas. O comportamento do eleitor acompanhou a configuração das ofertas de candidatos referentes a cada tipo de eleição, majoritária ou proporcional. Ajustou-se às poucas opções de candidaturas registradas e efetivas da competição majoritária, onde encerraram um número maior de votos brancos e nulos, onde se deu a inversão da média da taxa de alienação entre as duas primeiras eleições da série. O número limitado de opções de candidatos fez com que o eleitor que não se via contemplado na figura de um dentre os poucos candidatos votasse em branco ou anulasse seu voto. E ajustou-se às várias opções de candidaturas registradas da competição proporcional, o número maior de opções nas eleições proporcionais, onde há inclusive a opção de escolher o partido e não um dos candidatos, fez com que elas obtivessem níveis de adesão das preferências do eleitorado não só maiores como cada vez mais estabilizados, por mais que esse maior número de candidaturas registradas nem sempre se configurem candidaturas efetivas.

A Evolução do Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais

A principal constatação obtida a partir do cômputo e da análise das variações percentuais do Percentual de Votos Válidos ($\Delta\%V_v$) e da Taxa de Alienação Eleitoral

($\Delta\%A_e$) foi a de que o comportamento agregado do eleitorado nas eleições municipais majoritárias tem se estabilizado ao longo do tempo.

Com o passar das eleições, os valores $\Delta\%V_v$ das eleições majoritárias municipais foram de magnitudes negativas próximas de 0,00% a magnitudes positivas muito próximas de 0,00%. Dada esta proximidade de zero, as comparações entre as eleições se equilibram, hora reduzindo, e hora aumentando os V_v . Em duas das comparações, entre 1996 e 2000, e entre 2004 e 2008, a mediana da variação do percentual foi negativa, ou seja, o V_v reduziu em relação aos anteriores em metade dos municípios. Nas outras duas comparações restantes, entre 2000 e 2004, e entre 2004 e 2008, a variação percentual do V_v foi positiva, o percentual de votos válidos aumentou em mais da metade dos municípios. O saldo do período inteiro, entretanto, foi negativo.

Figura 11. Evolução dos Percentuais de Votos Válidos nas Eleições Municipais Majoritárias do Brasil (1996 - 2012).

	ELEIÇÕES				
	1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012	1996 - 2012
N	5.370	5.552	5.539	5.513	5.373
	200	18	31	57	197
MÍNIMO	-54,31%	-87,87%	-100,00%	-100,00%	-100,00%
Q1	-3,87%	-0,09%	-1,45%	-0,58%	-2,47%
MEDIANA	-2,19%	0,99%	-0,20%	0,57%	-1,05%
Q3	-0,50%	2,23%	0,91%	1,77%	0,41%
MÁXIMO	84,62%	94,81%	98,14%	99,64%	89,09%

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

O maior incremento observado no V_v no período de 1996 a 2012 foi na comparação entre as eleições de 2008 e de 2012, onde o percentual de votos válidos em um dos municípios analisados cresceu 99,64%, valor registrado na última célula da penúltima coluna da tabela, onde um dos municípios praticamente dobrou seu tamanho originário. O maior decréscimo esteve em três pontos observados, os três valores de -100,00%, onde os V_v foram zerados, situação de suspensão das eleições. Esses valores extremos podem ser acompanhados de histórias interessantes, ou podem

apenas significar que existe uma falha de registro nos dados eleitorais. A primeira situação é mais encantadora que a segunda, mas a segunda é a mais provável. Grosso modo, não são o ponto de interesse; casos extremos não caracterizam o sistema.

Se comparados os V_v de 2012 aos V_v de 1996, analisando a $\Delta\%V_v$ do período completo, a variação percentual do indicador foi negativa para metade dos municípios brasileiros. Metade do conjunto de municípios perdeu até 1,05% do V_v , dos votos que eram destinados a pelo menos uma das opções de candidatos efetivos ou não a prefeito. Entretanto, a situação no período completo é melhor do que no primeiro par de eleições, entre 1996 e 2000, quando em 75% (Q₃) dos municípios os eleitores foram mais descrentes quanto aos candidatos a prefeito, votaram mais em branco ou anularam mais seus votos, o que gerou uma variação negativa dos V_v de -0,50%.

Seu principal achado, alinhado ao da seção anterior, é o de que o comportamento do eleitorado tem se estabilizado, no entanto, diferentemente do padrão de estabilização das eleições majoritárias. Os percentuais de votos válidos são maiores nas eleições proporcionais do que nas majoritárias. Na tabela abaixo, dois elementos das descrições das variações percentuais caracterizam a diferença entre os pleitos majoritários e os pleitos proporcionais: as amplitudes das magnitudes das variações percentuais e a posição marcada dos valores medianos. As amplitudes, as distâncias entre os valores máximos e os valores mínimos dos conjuntos de observações, são menores para o conjunto de observações referentes às eleições proporcionais. As variações mínimas quase não ultrapassaram os 50,00%, só em um dos pontos de observação isso ocorreu, de 2008 para 2012, e os valores medianos do conjunto de observações das variações são quase todos positivos; ou seja, em mais da metade das eleições municipais o V_v aumentou.

Figura 12. Evolução dos Percentuais de Votos Válidos das Eleições Municipais Proporcionais do Brasil (1996 - 2012).

	ELEIÇÕES				
	1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012	1996 - 2012
N	5.369	5.553	5.560	5.563	5.372
	201	17	10	7	198
MÍNIMO	-17,24%	-29,19%	-49,61%	-52,95%	-50,98%
Q1	4,56%	0,26%	-1,60%	-0,55%	4,73%
MEDIANA	7,29%	0,91%	-0,67%	0,29%	7,77%
Q3	10,68%	1,72%	0,05%	1,24%	11,18%
MÁXIMO	47,17%	29,34%	41,23%	95,11%	46,80%

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

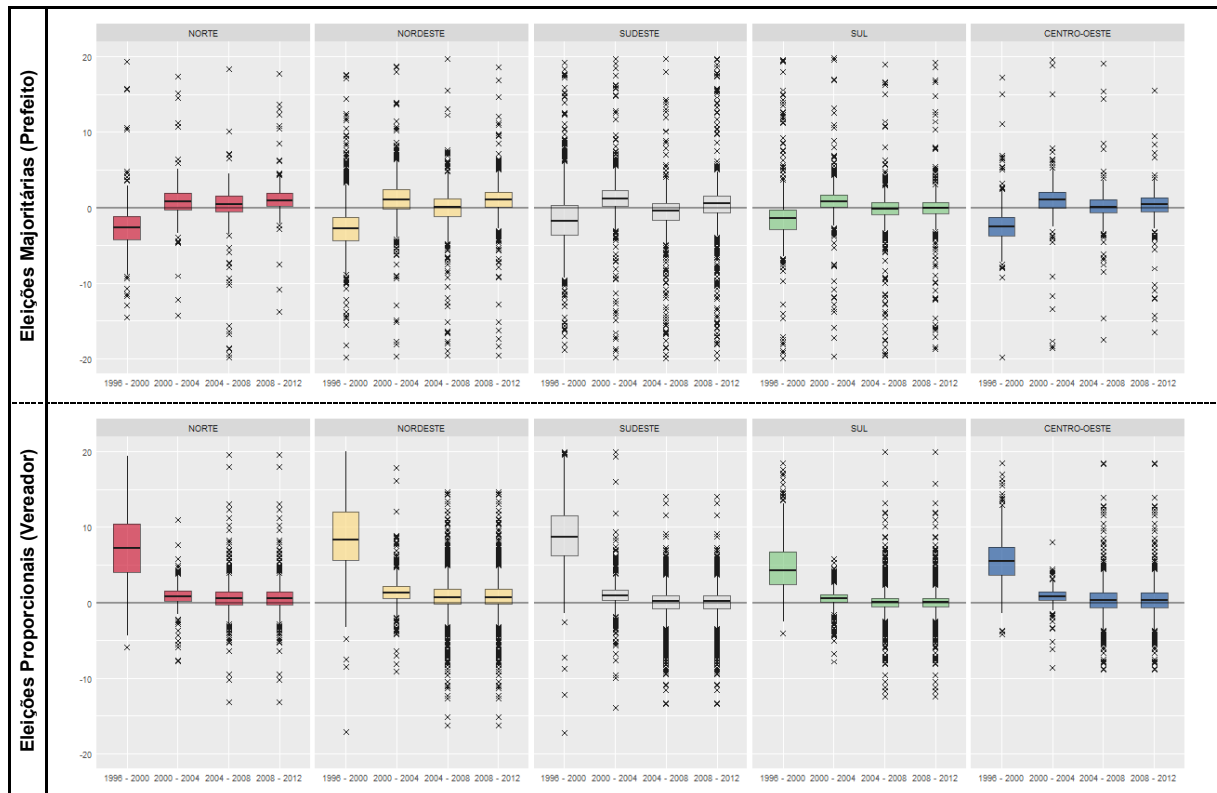
As maiores variações percentuais observadas no V_v no período de 1996 a 2012 ocorreram das eleições de 2008 para as de 2012, onde o percentual de votos válidos em um dos municípios analisados cresceu 95,11%, valor registrado na última célula da penúltima coluna da tabela, onde, mais uma vez, assim como na análise anterior, um dos municípios praticamente dobrou o tamanho originário de sua parcela de votos válidos. Por outro lado, o maior decréscimo foi de -52,95%, e também ocorreu em um dado município entre das eleições de 2008 para as de 2012.

A $\Delta\%V_v$ das eleições proporcionais do período completo, de 1996 para 2012, foi positiva para bem mais da metade dos municípios brasileiros. Cerca de 75% (Q₁) do conjunto de municípios aumentou, no mínimo 4,73% seu V_v , os votos que eram destinados a pelo menos uma das opções de candidatos a vereador. Situação bem próxima às observadas no primeiro par de eleições, entre 1996 e 2000, quando em 75% dos municípios os eleitores votaram mais entre os candidatos listados do que branco ou nulo.

No que se refere a essas mesmas variações dos votos válidos municipais para as regiões brasileiras, é possível dizer que a tendência global dos valores é de redução na sua dispersão. Logo abaixo estão os diagramas de caixa com as tendências das $\Delta\%V_v$. Nele é possível observar a situação de desalinhamento das variações do

primeiro par de pontos, de 1996 para 2000, é maior do que nos demais pares subsequentes; a posição da mediana, a extensão das linhas e a extensão das caixas diferem dos anos subsequentes.

Figura 13. Evolução do Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais por Regiões (1996 - 2012).



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Da mesma forma que as $\Delta\%V_v$ das eleições municipais majoritárias agrupados para as regiões brasileiras tenderam a reduzir sua dispersão, as $\Delta\%V_v$ das eleições municipais proporcionais também o fizeram. Os diagramas de caixa com as tendências das $\Delta\%V_v$ apresentam a situação de desalinhamento no primeiro par de pontos de variação, de 1996 para 2000, muito maior e mais errática entre os estados do que nos demais pares subsequentes, que se agruparam, praticamente todos os estados próximos a 0,00%.

A Evolução da Taxa de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais

Essa seção é uma análise dos valores das Variações Percentuais das Taxas de

Alienação Eleitoral ($\Delta\%A_e$) das eleições municipais majoritárias compreendidas entre 1996 e 2012. Sua estrutura, seus instrumentos e seus procedimentos acompanham os das seções anteriores

Os valores das $\Delta\%A_e$ das eleições majoritárias municipais diminuíram nos dois primeiros pontos, até 2004, e depois aumentaram nos demais pontos, nos pleitos posteriores a 2004. A reconfiguração apresentada na altura da seção inicial, mais especificamente nas figuras 2 e 3, é retratada nos valores negativos da tabela abaixo: a cada novo ponto de observação da variação entre as eleições, os valores negativos ocuparam número menor de casos das unidades de análise, menos municípios, e a tendência geral passa a ser de crescimento das A_e para a maior parte das eleições municipais. Os valores medianos para o conjunto das variações observadas saem de magnitudes negativas nos dois pares de anos iniciais para magnitudes positivas nos dois pares de anos finais.

Figura 14. Evolução das Taxas de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).

	ELEIÇÕES				
	1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012	1996 - 2012
N	5.344	5.553	5.560	5.563	5.347
	226	17	10	7	223
MÍNIMO	-788,02%	-91,94%	-89,65%	-90,70%	-1275,46%
Q1	-27,01%	-22,54%	-9,91%	-1,36%	-31,58%
MEDIANA	-7,95%	-7,61%	4,19%	10,57%	-12,29%
Q3	6,24%	7,70%	21,63%	28,28%	12,14%
MÁXIMO	789,87%	821,47%	2720,58%	938,51%	1091,85%

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Para o período completo, no entanto, a leitura é outra. As $\Delta\%A_e$ foram quase todas negativas. Em metade das eleições realizadas nos municípios brasileiros ocorreram reduções a magnitudes de até -12,29% das A_e do ano base, 1996. A situação entre o ponto inicial, de 1996 para 2000, e o ponto geral, de 1996 para 2012, é bem próxima. Os maiores valores estão em ambas, suas medianas são as que apresentaram a maiores reduções.

O principal achado da seção é o de que os valores das $\Delta\%A_e$ das eleições proporcionais, assim como os das eleições municipais majoritárias, diminuíram nos dois primeiros pontos, até 2004, e depois aumentaram nos demais pontos, nos pleitos posteriores a 2004. Os valores medianos para o conjunto das variações observadas, apresentados na tabela abaixo, saem de magnitudes negativas nos dois pares de anos iniciais para magnitudes positivas nos dois pares de anos finais. A mesma reconfiguração no comportamento agregado do eleitorado, apresentada na altura da seção inicial, nas figuras 2 e 3, e lembrada na leitura anterior dos dados, é agora retratada nos valores negativos: a cada novo ponto de observação da variação entre as eleições, os valores negativos ocuparam número menor de casos das unidades de análise, menos municípios, e a tendência geral passa a ser de crescimento da A_e para as eleições. Ambos os movimentos, vale lembrar, são a pequena curvatura da linha para os últimos pontos analisados; a leve tendência de aumento das médias da A_e .

Figura 15. Evolução das Taxas de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Proporcionais (1996 - 2012).

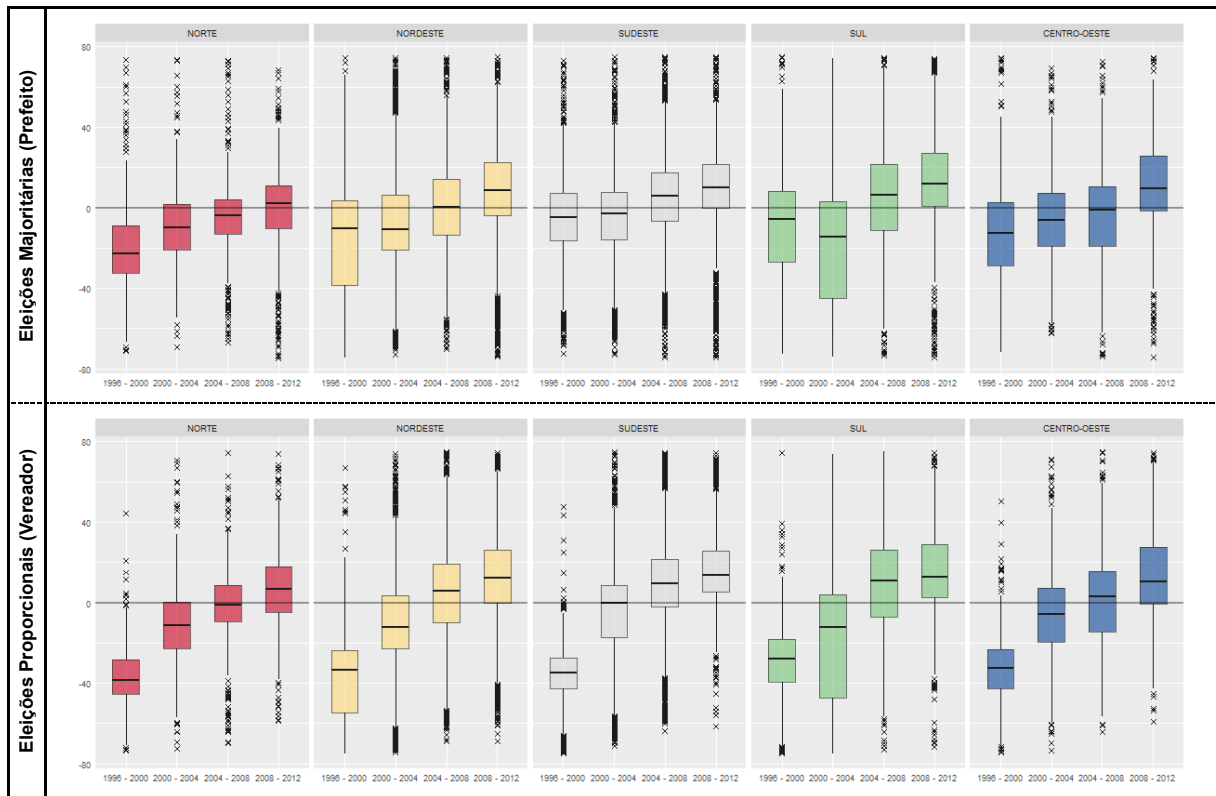
	ELEIÇÕES				
	1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012	1996 - 2012
N	5.345	5.553	5.560	5.563	5.348
	225	17	10	7	222
MÍNIMO	-89,36%	-90,83%	-77,63%	-75,83%	-87,95%
Q1	-45,74%	-24,02%	-6,22%	2,54%	-48,65%
MEDIANA	-33,52%	-8,08%	8,09%	13,34%	-35,33%
Q3	-24,11%	7,20%	23,95%	29,48%	-20,29%
MÁXIMO	197,27%	437,91%	877,17%	414,72%	460,35%

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Para o período completo a leitura é outra: as $\Delta\%A_e$ foram quase todas negativas. Em 75% das eleições proporcionais realizadas nos municípios brasileiros ocorreram reduções de até -20,29% das A_e . E mais uma vez a situação entre o ponto inicial das variações, de 1996 para 2000, e o ponto geral, de 1996 para 2012, é bem próxima. As eleições iniciais do período de análise demonstraram um peso importante na composição do período, mesmo com a tendência geral das demais eleições se distanciando dela.

Mesmo com incrementos positivos entre os pleitos, as regiões brasileiras tenderam a reduzir a dispersão das $\Delta\%A_e$ das eleições municipais majoritárias. Os diagramas de caixa apresentam uma situação de desalinhamento no primeiro par de pontos de variação, de 1996 para 2000, muito maior e mais errática entre os estados do que nos demais pares subsequentes, que se agruparam. Enquanto todos os estados apresentaram valores dispersos no primeiro ponto de análise, de 1996 para 2012, posteriormente nenhum deles sustentou essa condição, no terceiro ponto de análise, de 2004 para 2008, todos as regiões tenderam a ficar entre -10,00% e 10,00% de variação.

Figura 16. Evolução das Taxas de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais por Regiões (1996 - 2012).



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Os valores das $\Delta\%A_e$ das eleições proporcionais, assim como os das eleições municipais majoritárias, diminuíram nos dois primeiros pontos, até 2004, e depois aumentaram nos demais pontos, nos pleitos posteriores a 2004. Os valores medianos para o conjunto das variações observadas, apresentados na tabela abaixo, saem de magnitudes negativas nos dois pares de anos iniciais para magnitudes positivas nos dois pares de anos finais. A mesma reconfiguração no comportamento agregado do

eleitorado, apresentada na altura da seção inicial, nas figuras 2 e 3, e lembrada na leitura anterior dos dados, é agora retratada nos valores negativos: a cada novo ponto de observação da variação entre as eleições, os valores negativos ocuparam número menor de casos das unidades de análise, menos municípios, e a tendência geral passa a ser de crescimento da A_e para as eleições. Ambos os movimentos, vale lembrar, são a pequena curvatura da linha para os últimos pontos analisados; a leve tendência de aumento das médias da A_e .

As Causas da Alienação Eleitoral

Existe um fenômeno encrustado na lógica geral de decréscimo das taxas de alienação observadas nas primeiras eleições estudadas e que não pôde ser observado nos valores das últimas. Como a taxa de alienação é uma medida agregada, ela esconde diferenças elementares em sua composição que só podem ser devidamente encontradas se decomposta. Por isso, essa seção decompõe a taxa de alienação eleitoral em seus elementos e mede o quanto cada um deles contribui na composição de seus valores observados em cada eleição.

Essa análise tem o objetivo de medir o peso dos votos brancos, dos votos nulos e das abstenções eleitorais na alienação eleitoral de cada eleição. O movimento das médias, observado nas seções anteriores motivou tal busca.

Veremos que ocorreram duas diferenças substanciais na composição da taxa de alienação dos pleitos compreendidos entre 1996 e 2012. A primeira é a de que enquanto nas primeiras eleições analisadas a taxa de alienação, tantos dos pleitos majoritários quanto dos pleitos proporcionais, respondia quase que exclusivamente às faltas dos eleitores, à abstenção eleitoral, nas últimas, ela respondeu bem menos às faltas aos pleitos e mais aos votos nulos. A segunda diferença é a de que essa lógica se deu nas eleições majoritárias, ou seja, esse movimento de mudança da composição da taxa aconteceu nela, ficando as eleições proporcionais praticamente estáveis ao logo dos anos eleitorais. Os fatores que contribuíram com a taxa de alienação eleitoral nas eleições proporcionais praticamente mantiveram seus pesos entre as eleições.

Na tabela abaixo estão apresentados os coeficientes de uma regressão linear simples realizada entre as variáveis componentes da taxa de alienação: os

percentuais de abstenção, os percentuais de votos brancos e os percentuais de votos nulos de cada eleição, e a própria taxa. As marcações verdes apontam as variáveis que mais explicaram a taxa de alienação eleitoral em cada ano.

Figura 17. Coeficientes Beta - Abstenções Eleitorais, Percentual de Votos Brancos e Percentuais de Votos Nulos nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	TAXA DE ALIENAÇÃO ELEITORAL					
	MAJORITÁRIAS			PROPORCIONAIS		
	Beta	t	Sig.	Beta	t	Sig.
1996 (Constante)		75,219	0,000		94,261	0,000
Abstenções	● 0,856	1639,510	0,000	● 0,792	1004,248	0,000
Votos Brancos	0,283	523,556	0,000	0,295	333,891	0,000
Votos Nulos	0,265	493,189	0,000	0,171	198,897	0,000
2000 (Constante)		92,427	0,000		110,406	0,000
Abstenções	● 0,773	1391,604	0,000	● 0,902	3082,852	0,000
Votos Brancos	0,232	425,309	0,000	0,111	397,962	0,000
Votos Nulos	0,328	561,730	0,000	0,210	718,735	0,000
2004 (Constante)		59,988	0,000		94,106	0,000
Abstenções	● 0,644	1026,082	0,000	● 0,888	3256,653	0,000
Votos Brancos	0,177	284,708	0,000	0,111	429,685	0,000
Votos Nulos	0,599	945,184	0,000	0,202	758,119	0,000
2008 (Constante)		55,570	0,000		105,439	0,000
Abstenções	0,471	694,147	0,000	● 0,832	2711,676	0,000
Votos Brancos	0,201	299,180	0,000	0,164	550,145	0,000
Votos Nulos	● 0,769	1132,237	0,000	0,301	1019,085	0,000
2012 (Constante)		53,191	0,000		110,830	0,000
Abstenções	0,488	734,727	0,000	● 0,825	2779,194	0,000
Votos Brancos	0,175	261,976	0,000	0,168	571,152	0,000
Votos Nulos	● 0,768	1148,121	0,000	0,311	1063,023	0,000

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Enquanto em 1996 as abstenções explicavam cerca de 85% das variações observadas nas taxas de alienação eleitoral para as eleições majoritárias e quase 80% das variações observadas nas taxas de alienação das eleições proporcionais, em 2012, o fator explicador das taxas de alienação eleitoral das majoritárias passa a ser os votos nulos. Os pontos verdes da marcação se movem das abstenções para os votos nulos. No entanto, esse movimento dos fatores explicativos só ocorreu nas

eleições majoritárias.

A falta era o grande fator explicador das taxas de alienação para ambos os pleitos, mas perdeu esse posto com o passar das eleições. As eleições majoritárias, com uma lógica eleitoral que opera reduções significativas do número efetivo de competidores partidários e obviamente das listas e das opções de candidatos em disputa para o cargo de prefeito, tiveram uma alteração na composição de sua taxa de alienação. Com o passar dos pleitos, os votos nulos, que são entendidos pela literatura como votos de protesto, assumiram a posição de principal fator explicativo na composição da taxa de alienação eleitoral para as disputas ao cargo.

Perfil Socioeconômico Municipal e Participação Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil

Essa seção foi construída para atender ao quarto objetivo listado no início do capítulo: analisar a relação entre o perfil socioeconômico municipal e a participação eleitoral. A principal proposição teórica que o orienta é de que o desenvolvimento socioeconômico está diretamente relacionado aos níveis observados de participação eleitoral; variáveis socioeconômicas e suas variações são capazes de explicar as variações existentes nas variáveis analisadas de participação eleitoral. Assim, essa parte do trabalho envolveu a seleção de alguns indicadores para compor um perfil socioeconômico para os municípios e testar se a relação estatística entre os dois corpos de variáveis, as variáveis socioeconômicas e as variáveis de participação eleitoral, se comprova.

A construção do chamado perfil socioeconômico municipal envolveu a seleção de um pequeno conjunto de indicadores. Indicadores do nível de urbanização, indicadores da infraestrutura urbana e indicadores de desenvolvimento social. Os indicadores do nível de urbanização foram os percentuais de domicílios urbanos e rurais de cada município. Os indicadores do acesso dos cidadãos aos serviços urbanos básicos foram os percentuais das populações que são atendidos por serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. Os indicadores da qualidade de vida dos eleitores foram o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios e suas dimensões de educação, longevidade e renda, juntamente com os níveis de concentração da renda medidos pelo índice de Gini. A perspectiva orientadora da seleção destes indicadores é a perspectiva de desenvolvimento humano multidimensional, que critica, dentre outros pontos, a utilização dos indicadores econômicos de maneira desconectada das outras dimensões da vida humana.

A associação entre os indicadores socioeconômicos e os indicadores da participação eleitoral foi medida com o Coeficiente de Correlação de Pearson. Nas linhas das matrizes estão as variáveis explicativas, os indicadores do perfil socioeconômico

municipal, e nas colunas estão as variáveis explicadas, os níveis de participação eleitoral observados em cada ano eleitoral.⁵ Modelo que se repete para as quatro variáveis explicadas, que são: o Percentual de Votos Válidos para as eleições majoritárias, o Percentual de Votos Válidos para as eleições proporcionais, a Taxa de Alienação Eleitoral para as eleições majoritárias e a Taxa de Alienação Eleitoral para as eleições proporcionais.

Dois pequenos esquemas de classificação foram utilizados sobre as células das matrizes de correlação para auxiliar sua leitura. O primeiro deles classifica se as associações são positivas, negativas ou se não há relação entre o par de variáveis; ele colore em verdes e vermelhas as associações encontradas, quanto mais verde ou quanto mais vermelha for a cor da célula da matriz, maior o valor observado, e maior deve ser a atenção depositada nele. Já o segundo esquema de classificação marca as associações que apresentaram magnitudes de ρ maior ou igual a 250; as setas direcionais indicam se associação é positiva (↑) ou negativa (↓). Esses dois pequenos esquemas agilizam a leitura das cinquenta células de cada matriz.⁶

Nenhuma das matrizes de correlação apresentou valores altos de correlação. No entanto, existe um padrão que chama atenção: as correlações entre o perfil socioeconômico municipal e a participação eleitoral, mesmo baixas, foram encontradas entre os anos iniciais da análise. Quanto mais “velha” a eleição, maior a relação encontrada entre o perfil socioeconômico e os níveis agregados da participação dos eleitores, seja em votos válidos, seja em alienação.

5. As variáveis explicativas do Perfil Socioeconômico Municipal são sempre as antecedentes temporais mais próximas das variáveis explicadas da Participação Eleitoral: Para explicar a variação dos Percentuais de Votos Válidos das eleições majoritárias de 1996, por exemplo, foram utilizadas variáveis socioeconômicas referenciadas ao ano de 1991; e, para explicar a variação dos Percentuais de Votos Válidos das eleições majoritárias de 2012, exemplo em outro ponto no tempo, foram utilizadas variáveis referenciadas ao ano de 2010.

6. Os valores das magnitudes do coeficiente de correlação de Pearson foram interpretados segundo o padrão: 0,000 - 0,249, correlação muito fraca, inexistente; 0,250 - 0,499, correlação fraca; 0,500, - 0,749, correlação moderada; 0,750 - 0,899, correlação forte; 0,900 - 1,000, correlação muito forte, quase perfeita.

Para o percentual de votos válidos das eleições municipais majoritárias, nenhum dos valores da magnitude de ρ foi superior a 250. Pouca relação existe entre o nível socioeconômico medido através dos indicadores selecionados e os votos válidos das eleições para prefeito.

Figura 18. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		PERCENTUAL DE VOTOS VÁLIDOS				
		ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS				
		1996	2000	2004	2008	2012
População Rural	ρ	-0,088	-0,107	-0,059	-0,052	-0,035
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,009
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
População Urbana	ρ	-0,087	-0,029	-0,011	-0,011	-0,047
	Sig. (2)	0,000	0,033	0,409	0,418	0,000
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
Água Encanada	ρ	-0,085	0,195	0,128	0,097	-0,039
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,004
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
Energia Elétrica	ρ	-0,103	0,173	0,108	0,097	-0,036
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,008
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
Coleta de Lixo	ρ	-0,095	0,080	0,072	0,050	-0,023
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,084
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM	ρ	-0,080	0,223	0,131	0,103	-0,048
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Educação	ρ	-0,088	0,204	0,125	0,095	-0,062
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Longevidade	ρ	-0,018	0,235	0,131	0,109	-0,019
	Sig. (2)	0,199	0,000	0,000	0,000	0,159
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Renda	ρ	-0,102	0,194	0,113	0,087	-0,035
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,009
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563
GINI	ρ	0,008	0,008	-0,077	-0,062	0,004
	Sig. (2)	0,565	0,530	0,000	0,000	0,753
	N	5.373	5.555	5.560	5.563	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010).
Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Para os cálculos do coeficiente de correlação entre o perfil socioeconômico municipal e o percentual de votos válidos das eleições municipais proporcionais, diferentemente da matriz anterior, obteve-se um pequeno conjunto dos valores da magnitude

que ρ foram superiores a 250. Mais uma vez, as relações existentes são fracas, mas nesse caso demonstram um padrão: o desenvolvimento socioeconômico municipal e os serviços urbanos básicos influenciaram os níveis de participação eleitoral nas primeiras eleições proporcionais da série de eleições analisadas (1996, 2000 e 2004).

Figura 19. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Percentual de Votos Válidos nas Eleições Municipais Proporcionais (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		PERCENTUAL DE VOTOS VÁLIDOS				
		ELEIÇÕES PROPORCIONAIS				
		1996	2000	2004	2008	2012
População Rural	ρ	-0,158	-0,128	-0,166	-0,154	-0,134
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
População Urbana	ρ	-0,060	-0,101	-0,144	-0,173	-0,243
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
Água Encanada	ρ	0,157	↑ 0,309	0,229	0,136	-0,031
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,022
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
Energia Elétrica	ρ	0,078	↑ 0,301	0,218	0,106	-0,038
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
Coleta de Lixo	ρ	-0,058	0,084	0,090	0,045	-0,036
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,001	0,008
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM	ρ	0,195	↑ 0,335	↑ 0,260	0,127	-0,072
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Educação	ρ	0,169	↑ 0,286	0,238	0,099	-0,093
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Longevidade	ρ	↑ 0,308	↑ 0,381	↑ 0,272	0,179	-0,017
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,204
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Renda	ρ	0,139	↑ 0,301	0,223	0,109	-0,062
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563
GINI	ρ	0,022	0,048	-0,133	-0,089	-0,080
	Sig. (2)	0,102	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.372	5.555	5.560	5.563	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010).
Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Alguns deles podem ser apontados como correlações fracas, seus valores estão entre 250 e 500 de magnitude. No caso, uma das leituras dessas correlações positivas, tomando-se o IDHM da Longevidade, que esteve relacionado com o percentual

de votos válidos na disputa para as câmaras de vereadores é de que quanto maior o valor do indicador da longevidade, maior a participação observada em termos dos votos válidos. Populações longevas apresentaram maiores níveis percentuais de votos válidos, maior participação.

No que se refere ao conjunto dos valores do coeficiente de correlação para as Taxas de Alienação Eleitoral, ocorreram mais valores de acima de 250, mais valores podem ser considerados como de correlações existentes, mesmo sendo fracas. No entanto, as direções das relações existentes, muda se comparadas as matrizes do percentual de votos válidos e as matrizes das taxas de alienação eleitoral. Se os indicadores socioeconômicos contribuía, mantinham uma relação positiva com os percentuais de votos válidos, com as taxas de alienação eleitoral a relação contrária, boa parte das eleições iniciais demonstrou valores de associação negativa entre os níveis socioeconômicos do perfil municipal e a alienação.

Entre 1996 e 2004, os indicadores de atendimento de serviços urbanos básicos e do desenvolvimento humano, medido pelo IDHM, apresentaram associações negativas com a taxa de alienação eleitoral das eleições municipais majoritárias. Quanto maior era o percentual atendido por água encanada, por exemplo, menor foi o valor da taxa de alienação eleitoral.

Figura 20. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Taxa de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		TAXA DE ALIENAÇÃO ELEITORAL				
		ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS				
		1996	2000	2004	2008	2012
População Rural	ρ	0,234	0,255	0,198	0,152	0,189
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
População Urbana	ρ	0,033	0,035	0,046	0,047	0,072
	Sig. (2)	0,017	0,009	0,001	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
Água Encanada	ρ	-0,410	-0,343	-0,260	-0,177	-0,029
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,033
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
Energia Elétrica	ρ	-0,350	-0,290	-0,242	-0,174	-0,076
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
Coleta de Lixo	ρ	-0,227	-0,139	-0,156	-0,105	-0,088
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM	ρ	-0,373	-0,327	-0,261	-0,176	-0,076
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Educação	ρ	-0,344	-0,309	-0,257	-0,168	-0,048
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Longevidade	ρ	-0,399	-0,352	-0,269	-0,189	-0,095
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Renda	ρ	-0,287	-0,241	-0,195	-0,129	-0,086
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563
GINI	ρ	0,113	0,114	0,270	0,195	0,179
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.347	5.555	5.560	5.563	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010).
Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Nas eleições para vereadores, o mesmo conjunto de indicadores de serviços urbanos essenciais e do IDHM apresentou relação com a taxa de alienação eleitoral, no entanto, outros dois indicadores apresentaram relações que chamam a atenção: o percentual rural da população e a diferença de renda medida pelo Índice de Gini.

Figura 21. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Taxa de Alienação Eleitoral nas Eleições Municipais Proporcionais (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		TAXA DE ALIENAÇÃO ELEITORAL				
		ELEIÇÕES PROPORCIONAIS				
		1996	2000	2004	2008	2012
População Rural	ρ	0,245 ↑	0,271 ↑	0,257	0,247	0,323 ↑
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
População Urbana	ρ	0,021	0,049	0,085	0,125	0,147
	Sig. (2)	0,118	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
Água Encanada	ρ	↓ -0,470	↓ -0,371	↓ -0,296	-0,224	-0,090
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
Energia Elétrica	ρ	↓ -0,391	↓ -0,318	↓ -0,288	-0,208	-0,161
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
Coleta de Lixo	ρ	-0,218	-0,141	-0,171	-0,130	-0,165
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM	ρ	↓ -0,449	↓ -0,344	↓ -0,302	-0,209	-0,165
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Educação	ρ	↓ -0,416	↓ -0,321	↓ -0,296	-0,197	-0,130
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Longevidade	ρ	↓ -0,495	↓ -0,375	↓ -0,318	-0,241	-0,178
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
IDHM Renda	ρ	↓ -0,355	↓ -0,250	-0,220	-0,142	-0,168
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563
GINI	ρ	0,095	0,125 ↑	0,332 ↑	0,286 ↑	0,338 ↑
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.348	5.555	5.560	5.563	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010).
Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Se retomarmos a leitura da seção anterior de que a falta categoriza a alienação eleitoral nos pleitos proporcionais, a conclusão resultante é a de que as distâncias dos locais de votação e as dificuldades enfrentadas, quais sejam elas, pelos moradores das áreas rurais influenciam na falta aos pleitos. E quanto ao índice de Gini, a leitura possível é a de que quanto maiores as desigualdades de renda medidas por esse indicador, maiores os níveis observados nas taxas de alienação eleitoral dos pleitos proporcionais.

Recapitulações

Nesse capítulo vimos que os votos válidos e as taxas de alienação eleitoral passaram por um processo de estabilização nas eleições ocorridas entre 1996 e 2012. Tanto as médias quanto as variações percentuais destes dois indicadores da interação dos eleitores com a oferta partidária dentro de uma mesma eleição e entre as eleições reduziram. Vimos que os votos válidos assumiram patamares percentuais superiores nas eleições proporcionais e assim se estabilizaram. As regras eleitorais proporcionais obtiveram maior adesão dos eleitores as listas de candidatos ofertadas do que as poucas opções que oferecidas das eleições majoritárias. Vimos ainda que as taxas de alienação eleitoral tiveram contribuições diferenciadas dos fatores que a compõe entre os pleitos; se em 1996 a abstenção era o principal contribuinte de sua formação, após 2004, nas eleições majoritárias, isso mudou, o voto nulo passou a ser o principal fator contribuinte dos valores observados da taxa de alienação eleitoral. Evidência que, alinhada à anterior, corrobora ainda mais a visão de que os eleitores aderiram menos às candidaturas ofertadas nas eleições majoritárias. E vimos, por fim, que os perfis socioeconômicos municipais pouco influenciaram os níveis de participação. A maior influência entre estes dois conjuntos de variáveis ocorre àquele conjunto de eleitores que não consegue chegar às urnas.

CAPÍTULO 03. A CONFIGURAÇÃO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DOS NÍVEIS AGREGADOS DE COMPETIÇÃO INTERPARTIDÁRIA E DOS NÍVEIS DE VOLATILIDADE ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 1996 A 2012

O presente capítulo é uma análise da configuração da competição eleitoral entre os partidos nas eleições municipais compreendidas entre 1996 e 2012, orientada pela tese de que o sistema partidário brasileiro, o conjunto de regras que define às legendas e aos candidatos envolvidos na disputa pelos cargos como são os processos eleitorais, tem estruturado dois fenômenos essenciais para a consolidação de uma poliarquia: estabilização nos níveis de competição eleitoral e queda dos níveis de volatilidade eleitoral.

Enquanto capítulo anterior trabalhou especificamente a participação eleitoral, tratando, portanto, do eixo da inclusividade dos sistemas eleitorais nas eleições municipais brasileiras, o presente capítulo é uma empreitada analítica dedicada ao eixo da contestação pública. Seus interesses estão na configuração assumida pela competição interpartidária na disputa pelas vagas dos executivos e legislativos municipais, no produto resultante da interação competitiva entre partidos nas eleições majoritárias e proporcionais, e na capacidade de estabilização das preferências eleitorais entre estas competições, no quanto os eleitorados estiveram vinculados por voto a um mesmo grupo de candidatos de um mesmo partido entre as eleições.

Seu texto também é composto em três seções: a primeira dedicada a uma breve exposição da estrutura da análise e dos instrumentos adotados, seção que repete uma parte do que fora exposto na seção explicativa dos procedimentos adotados do capítulo anterior, podendo o leitor avançá-la; a segunda dedicada a uma série de análises quantitativas produzidas a partir deles, e a terceira e última, uma síntese das proposições teóricas traçadas no primeiro capítulo com as constatações desse.

Estrutura da Análise

Essa primeira seção é uma seção preliminar; nela estão esclarecidos os principais apontamentos metodológicos sobre as análises que comporão toda a segunda seção do texto, a saber: a origem dos dados, a utilidade analítica dos

indicadores selecionados, o procedimento de cômputo de cada um deles, suas formas de leitura e os testes realizados.

Nesse capítulo são estudados os níveis de competição eleitoral entre os partidos e os níveis de volatilidade eleitoral das eleições municipais brasileiras nos últimos anos, de 1996 a 2012. Para tal foram realizadas três análises quantitativas: uma análise quantitativa descritiva dos valores do Número Efetivo de Partidos (\mathbf{N}_{pe}) e do índice de Volatilidade Eleitoral (\mathbf{V}_e), uma análise da tendência da variação percentual dos valores do Número Efetivo de Partidos ($\Delta\% \mathbf{N}_{pe}$) no tempo, e por fim, uma análise da relação entre o perfil socioeconômico municipal, o Número Efetivo de Partidos (\mathbf{N}_{pe}), e a Volatilidade Eleitoral (\mathbf{V}_e) das eleições. Análises que foram empregadas para atingir os seguintes objetivos.

Objetivos

Esse capítulo foi composto para atender a três objetivos:

- I. Descrever os valores observados do Número Efetivo de Partidos (\mathbf{N}_{pe}) e do Índice de Volatilidade Eleitoral (\mathbf{V}_e) para as eleições municipais brasileiras compreendidas entre 1996 e 2012 (1996, 2000, 2004, 2008 e 2012).
- II. Analisar a Variação Percentual ($\Delta\% v_i$) do Número Efetivo de Partidos (\mathbf{N}_{pe}) entre as eleições subsequentes e para o período completo (1996-2000, 2000-2004, 2004-2008, 2008-2012 e 1996-2012).
- III. Analisar a relação entre o perfil socioeconômico municipal e os indicadores de competição eleitoral, o Número Efetivo de Partidos (\mathbf{N}_{pe}) e do Índice de Volatilidade Eleitoral (\mathbf{V}_e).

Dados

Os dados utilizados no cômputo dos indicadores deste capítulo são dados secundários originais de duas fontes. Os dados municipais foram obtidos no portal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os resultados eleitorais foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais, um sistema unificado dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nesse levantamento foram coletadas informações geográficas, sociais,

econômicas e eleitorais de todos municípios existentes em cada um dos anos analisados e para os quais havia resultado divulgado dos pleitos até a data da última atualização das bases de dados.

Indicadores de Competição Eleitoral

Uma vez que o principal interesse deste capítulo está na configuração que a competição eleitoral municipal assumiu nas cinco últimas eleições, indicador da interação dos partidos com os eleitores, para seu estudo foram calculados dois indicadores e as variações percentuais de um deles: o Número Efetivo de Partidos eleitorais (N_{pe}), o índice de Volatilidade Eleitoral total (V_e), e a evolução do Número Efetivo de Partidos eleitorais ($\Delta\%N_{pe}$). O primeiro indicador é utilizado para analisar a macroconfiguração da interação competitiva entre os partidos, em cada ano eleitoral, e entre os municípios. Os indicadores restantes; as variações percentuais do N_{pe} e a V_e , são medidas utilizadas para analisar a variação do comportamento dos agregados municipais dos competidores e das suas respectivas parcelas do mercado eleitoral ao longo do tempo.

Número Efetivo de Partidos

A elaboração de mecanismos matemáticos que meçam a desigualdade na distribuição de recursos, discussão original do campo econômico, das agendas de órgãos governamentais antitruste, de grupos de investimento econômico, e mais recentemente de organizações econômicas supranacionais, fora trazida para a arena dos estudos eleitorais gerando avanços quantitativos ao campo da Ciência Política⁷. O número efetivo de partidos mais comumente computado para analisar as arenas eleitorais pertence à família do índice **H**, um índice de concentração industrial. A possibilidade de cálculo de um equivalente numérico para os mercados concentrados foi apontada por Adelman (1969).

7. Os arquivos da divisão antitruste do The United States Department of Justice trata de alguns procedimentos quanto ao cálculo do Índice **H** e o Glossário de termos estatísticos da Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE) traz a definição do mesmo.

Douglas Rae (1968) aproveitou a carga de informações que eram produzidas pelo inverso do índice **H** para compor o índice **F**, o Índice de Fracionalização, e Laakso e Taagepera (1979) se aproveitaram da possibilidade de clareza trazida pela composição de um equivalente numérico para a distribuição das preferências eleitorais na arena eleitoral. A fórmula do primeiro Número Efetivo de Partidos partiu do mesmo núcleo operacional do cômputo do índice **H** e do índice **F**. Sua fórmula,

$$\mathbf{N} = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2} \quad [1]$$

parte do somatório do conjunto de valores das proporções de votos dos partidos aplicados a uma função exponencial ($f(p) = p_i^2$).

A principal informação trazida pelo Índice **N**, assim como pelo **H** e pelo **F** é baseada na subvalorização das pequenas proporções operacionalizada pela exponenciação. É a partir dela que as menores proporções de votos passam a pesar menos. Afinal, parcelas pequenas não importam aos cálculos da monopolização de um dado mercado, preocupação original dos índices de concentração. No entanto, a facilidade de seu cômputo e seu potencial recurso argumentativo geralmente são acompanhados de descuido (SANTOS, 2004, 2007).

Por mais que exista esta familiaridade entre os índices, algumas diferenças substanciais marcam os valores de **N**. Diferentemente dos valores do **H** e do **F**, os valores de **N** não operam na mesma amplitude e as informações trazidas pelo indicador não podem ser lidas em termos probabilísticos (MOLINAR, 1991; SANTOS, 2004). Os valores de **N** sempre serão no mínimo iguais a 1 e no máximo dependentes da distribuição das preferências entre o número real de partidos competidores⁸ e **N** apenas supõe

8. A questão mais importante sobre os índices e sobre as diferenças que uns guardam em relação aos outros recai nos moldes com que cada qual preestabelece suas amplitudes de consideração das unidades observadas. Justamente esse o ponto tratado na relação entre o antigo **N** e o novo **N**, proposto por Golosov. A construção dos índices passa por uma série de questões epistemológicas anteriores. Uma delas: Quem importa no cálculo?

quantos partidos do mesmo tamanho causam tal efeito (concentrado ou fracionado) no mercado.

Neste sentido, propostas de modificação do Número Efetivo de Partidos surgiram durante todo processo de institucionalização das democracias e dos sistemas partidários no pós Segunda Guerra Mundial (DUNLEAVY; BOUCEK, 2003; MOLINAR, 1991). A mais recente delas foi proposta por Golosov (p. 122, 2009). Nela, o cômputo abandona a preocupação relativa às menores proporções de votos e relaciona todas proporções a maior proporção de votos de um distrito (p_1^2).

$$N_{pe} = \sum_{i=1}^n \frac{1}{1 + (p_1^2/p_i) - p_i} \quad [2]$$

A nova fórmula corrige efeitos de cômputos de sobrevalorização de mercados divididos entre poucos competidores, onde mercados monopolizados eram dados como divididos entre duas forças competitivas, por exemplo, sem perder o potencial recurso de leitura, como o do índice anterior. Dada esta característica da sua correção, seus efeitos são mais claros nas eleições majoritárias do que nas eleições proporcionais.⁹

Assim, todas as operações realizadas nesse capítulo utilizaram essa nova fórmula. Suas correções, como explorada em trabalhos anteriores, revisaram os valores do número efetivo de partidos eleitorais dos mercados eleitorais municipais.

Volatilidade Eleitoral

O índice de volatilidade eleitoral utilizado nesse capítulo utiliza a fórmula exposta em Bartolini e Mair (p. 28, 51, 1990):

$$v_e = \sum_{i=1}^n \left| \frac{p_{i_t} - p_{i_{t+1}}}{2} \right| \quad [3]$$

9. Em trabalho monográfico demonstrei a diferença de cômputo e os resultados provenientes a cada um destes índices; **H**, **F**, **N**, e a proposta de correção N_{pe} .

Ele mede a parcela mínima de eleitores que mudou seu voto nos partidos entre uma eleição e outra, a mudança eleitoral agregada entre duas eleições consecutivas.

O indicador trabalha com as mesmas unidades de análise em dois pontos distintos no tempo: a diferença entre os percentuais de votos de um partido entre duas eleições consecutivas, realizadas numa mesma circunscrição.

A leitura resultante do cômputo é a do tanto de mudança que houve nas composições agregadas de voto entre os partidos. Vários termos similares como, instabilidade eleitoral, mobilidade eleitoral, fluidez eleitoral, todos a acompanham. Alinhados, no entanto, à proposta e à leitura dos autores já citados, a leitura presente nesse texto será a de mudança dos agregados de voto entre os partidos. Evitando qualquer conotação de “desestabilização” (Bartolini e Mair (50 e 51, 1990).

Por fim, um detalhe essencial para o entendimento da composição das próximas seções é a de que a V_e é uma medida que incorpora unidades de tempo. Não é útil calcular variações no tempo de uma variável que já o faz. Por isso, nas seções de análise posteriores não foram computadas as evoluções deste indicador. Esse indicador é uma medida de evolução com propriedades próprias.

Variação Percentual dos Indicadores

A variação percentual ($\Delta\%v_i$) é uma medida utilizada para descrever a evolução de uma variável em razão de si mesma quando observada em pontos de registro distintos no tempo. Ou seja, é sempre uma medida empregada na avaliação de outros indicadores. Nesse estudo, será calculada para a variação percentual dos percentuais de votos válidos e da taxa de alienação eleitoral de cada município.

A composição da medida deriva do cômputo da variação absoluta e da variação relativa. A variação absoluta (Δv_i) é a diferença entre os valores da variável registrados em dois pontos no tempo, a variação relativa ($\Delta v_i/v_i$) é a diferença entre os valores registrados em dois pontos no tempo em razão de um deles, seja o observado inicial, seja o final, e a variação percentual é a diferença entre os valores registrados em dois pontos no tempo em razão de um deles, seja o observado inicial, seja o final, e por fim, multiplica essa razão por 100.

A medida utiliza o mesmo cômputo inicial da diferença entre os valores, também relaciona a diferença das observações à uma das observações selecionada como padrão, e multiplica a variação relativa por 100. Enquanto as $\Delta v_i/v_i$ apresentam seus resultados sempre em proporção, sempre um número racional, as $\Delta\%v_i$ apresentam seu correlato em percentuais, sempre um número acompanhado do símbolo %. Geralmente não existe uma diferença substancial entre a utilização dessas duas medidas, a distinção entre a variação relativa e a variação percentual, tanto nesse quanto em outros trabalhos que se utilizem dessa medida, é uma escolha de comunicação, ou mesmo uma escolha pedagógica.

Resumindo, sendo v_i um conjunto de i -ésimas observações de uma conhecida variável quantitativa contínua registradas em dois ou mais pontos do tempo, é possível calcular o quanto os valores de v cresceram ou decresceram em relação a um ponto selecionado nesses distintos pontos. A observação tomada como padrão é o denominador do cômputo, a parcela que a diferença entre dois pontos de registro de uma variável ocupa dentro do que já existia como valor registrado.

O Número Efetivo de Partidos e a Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil

A cidadania democrática dos brasileiros não esbarra mais na falta de distribuição e da garantia de direitos políticos básicos como o direito de se associar e de competir legalmente, regularmente e com segurança pelos votos dos seus concidadãos. As associações partidárias brasileiras cresceram ao lado da expansão do sufrágio direto, regular e igualitário, tema da seção anterior desse trabalho. Angariaram espaços, recursos e as mais importantes se nacionalizaram. Tornaram-se estruturas institucionais elementares da vida política da nova poliarquia brasileira após a reabertura democrática pautada na nova Constituição de 1998.

Mesmo as interpretações menos otimistas quanto as capacidades organizacionais efetivas das nossas legendas não desconsideraram e nem desconsideram sua importância no sistema político brasileiro; questionam as utilidades e os riscos inerentes à existência de tantos partidos, principalmente para a governabilidade; questionam seus vínculos sociais, suas capacidades de arregimentação de parcelas da sociedade. Esse é o cerne das argumentações que serão trabalhadas nesse capítulo: o número e a capacidade de arregimentação do eleitorado que os partidos apresentaram entre as últimas eleições municipais.

Esse trabalho é dedicado ao nível municipal, onde em cada um dos mais de cinco mil municípios brasileiros são realizadas eleições específicas para os cargos do executivo e do legislativo, para os quais se lançam os candidatos organizados em listas partidárias. Uma vez que a oferta de partidos e das suas capacidades eleitorais nas circunscrições eleitorais municipais varia, esta seção explora o número efetivo desses atores competitivos nas eleições municipais, indicador da configuração assumida pelo mercado eleitoral, e explora os níveis de volatilidade eleitoral, indicador do quanto as parcelas agregadas do eleitorado transferiram seus votos entre legendas distintas de uma eleição para outra.

No decorrer dessa seção veremos que o número de partidos que angariaram parcelas consideráveis de votos diante dos demais partidos competidores cresceu, e que isso ocorreu de maneira acentuada nas eleições proporcionais, que são as eleições para vereadores. Nas eleições majoritárias, que são as eleições de prefeitos, os mercados competitivos apresentaram uma configuração marcadamente estável e

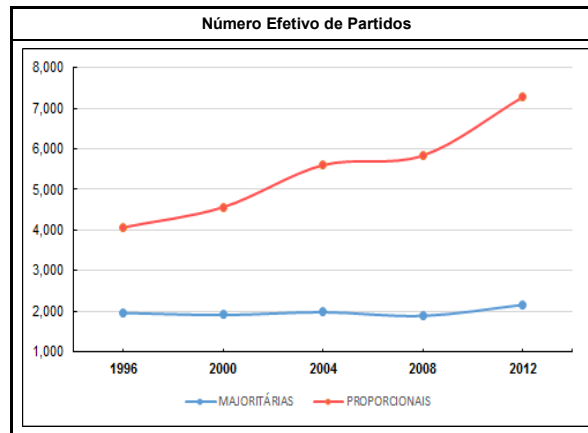
quase sempre dividida entre dois grandes competidores partidários. Nelas, a redução do número de partidos legais para o número efetivo de partidos é ainda maior; os competidores de peso seriam apenas dois.

O Número Efetivo de Partidos Eleitorais nas Eleições Municipais

A análise do N_{pe} gerou uma série de constatações: a primeira constatação obtida do número efetivo de partidos é a de que a oferta partidária contada por esse indicador é bem menor do que a oferta partidária legal, contada apenas pelo registro legal das legendas; a segunda constatação é a de que os sistemas eleitorais influenciam o número efetivo de partidos, os mercados eleitorais regidos por princípio de representação majoritária resultaram em um número efetivo de competidores partidários muito menor do que o total de partidos existentes e bem menor do que o número efetivo de competidores resultantes das interações competitivas dos mercados eleitorais regidos por princípio de representação proporcional; a terceira e última constatação é a de que a tendência dos mercados eleitorais ao longo do tempo apresentaram duas características distintas, o mercado eleitoral majoritário foi estável ao longo dos anos eleitorais, quase sempre dividido entre dois grandes concentradores de votos, e o mercado eleitoral proporcional foi menos estável que o majoritário, permitiu a entrada e a divisão das parcelas de votos do eleitorado entre um número maior de competidores.

As eleições para prefeitos foram mais estáveis no que diz respeito ao número de competidores de peso do que as eleições para vereadores. Enquanto a linha azul apresenta praticamente a mesma média do número efetivo de partidos eleitorais competindo nas eleições majoritárias, a linha vermelha apresenta uma tendência de crescimento do número efetivo de partidos eleitorais nas eleições proporcionais. Houve um aumento da média do número de partidos competindo e angariando parcelas consideráveis de votos nas eleições proporcionais. As médias, no gráfico abaixo, apresentam o número efetivo de competidores dos mercados eleitorais majoritários e proporcionais. O eixo y marca a média dos valores observados do índice N_{pe} para todas as eleições realizadas nos municípios e o eixo x marca os anos eleitorais.

Figura 22. Média do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais (1996 a 2012).



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

As eleições para prefeitos apresentaram uma oferta partidária numericamente mais enxuta do que as eleições para vereadores. Os mercados majoritários apresentaram média estável de dois competidores de peso ao longo do tempo e os mercados proporcionais apresentaram médias que foram de quatro a sete competidores de peso ao longo do tempo. Com o passar das eleições o número médio de partidos, interpretado de acordo com o número de competidores que obtiveram votos, manteve-se bem abaixo das mais de trinta legendas registradas.

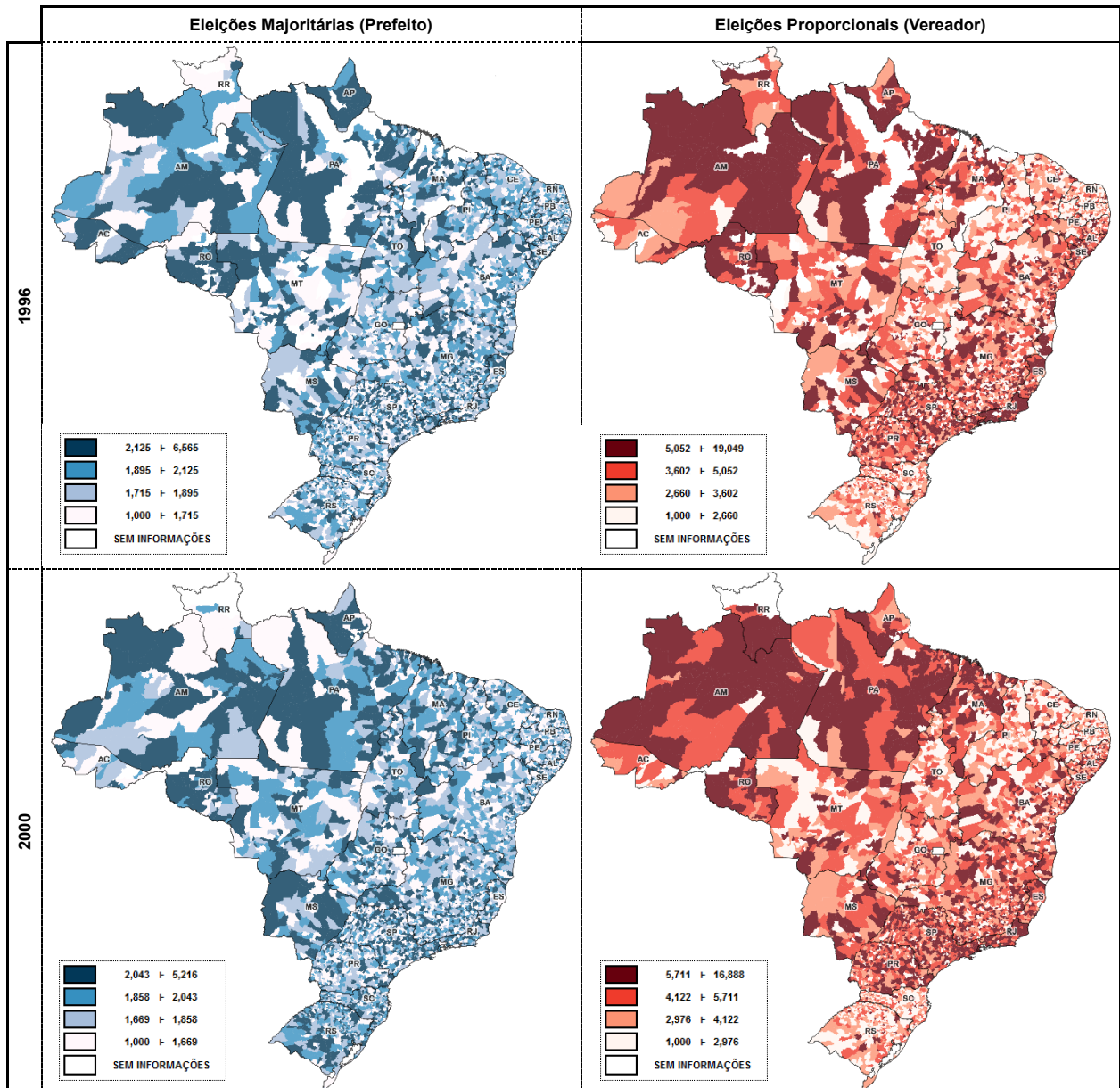
A tendência de crescimento das médias apresentadas na linha vermelha permite interpretar que os mercados eleitorais proporcionais foram mais abertos à entrada de novos competidores partidários. Neles, mais partidos obtiveram grandes parcelas de votos. Se nas primeiras eleições, em 1996, a média do número efetivo de partidos das eleições proporcionais foi de aproximadamente 4, quinze anos depois, em 2012, as últimas eleições apresentaram uma média do número efetivo de partidos de aproximadamente 7.

Uma vez que tanto a incidência dos partidos nas eleições proporcionais é maior do que a incidência dos partidos nas eleições majoritárias¹⁰, e uma vez que número efetivo de competidores nas eleições proporcionais é maior, a terceira constatação

¹⁰. Parte desse argumento considera a tabela que apresenta o número de municípios em que os partidos estavam presentes, exposta no primeiro capítulo.

possível nesta análise é a de que as eleições proporcionais são portas de entrada para novos partidos. O número de competidores que receberam parcelas consideráveis de votos do eleitorado foi menor e permaneceu estável nas eleições majoritárias, elas se apresentaram mais custosas para entrada de novos atores partidários, e já nas eleições proporcionais o número de competidores que receberam parcelas consideráveis de votos do eleitorado foi maior e ainda se ampliou com o passar das eleições é possível dizer que elas se apresentaram menos custosas para entrada de novos atores partidários.

Figura 23. Número Efetivo de Partidos Eleitorais das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.

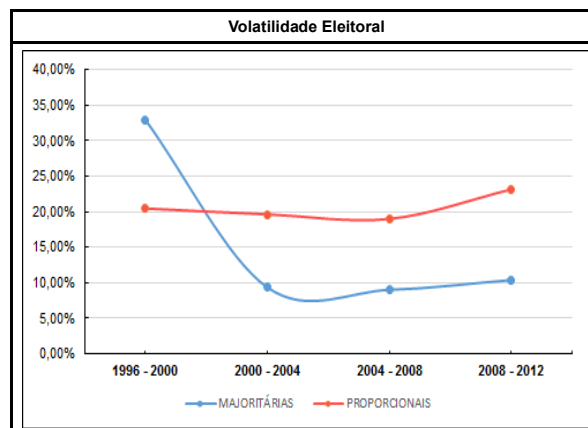


A Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais

A análise da V_e gerou uma série de constatações: a primeira constatação é a de que as mudanças dos agregados de votos partidários nas eleições municipais para ambos os pleitos não ultrapassaram a média dos 25%; a segunda constatação é a de que os sistemas eleitorais influenciam a volatilidade eleitoral interpartidária, os pleitos majoritários, concentrados em poucos competidores partidários, reduzem as opções ofertadas e concentram os níveis de transição das preferências partidárias do eleitorado registradas em voto, e os pleitos proporcionais, concentrando menos o número efetivo de competidores partidários, gerou contextos mais permissivos aos níveis agregados de transição das preferências partidárias do eleitorado registradas em voto; a terceira e última constatação é a de que a tendência dos mercados eleitorais ao longo do tempo apresentaram duas características distintas, o mercado eleitoral majoritário passou por uma mudança nos primeiros anos eleitorais analisados e depois se estabilizou, e o mercado eleitoral proporcional não passou por uma mudança similar à do majoritário, manteve sempre os mesmos níveis médios da taxa de alienação, porém, em maiores patamares.

As eleições para vereadores foram mais estáveis no que diz respeito às trocas agregadas de voto entre partidos, mantiveram-se sempre nos mesmos patamares. A linha vermelha, que demarca as médias da V_e para as eleições proporcionais para os quatro períodos, permanece nos 20%. Só no último ponto de observação que a média da volatilidade foi um pouco superior a esse valor.

Figura 24. Média da Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil de 1996 a 2012

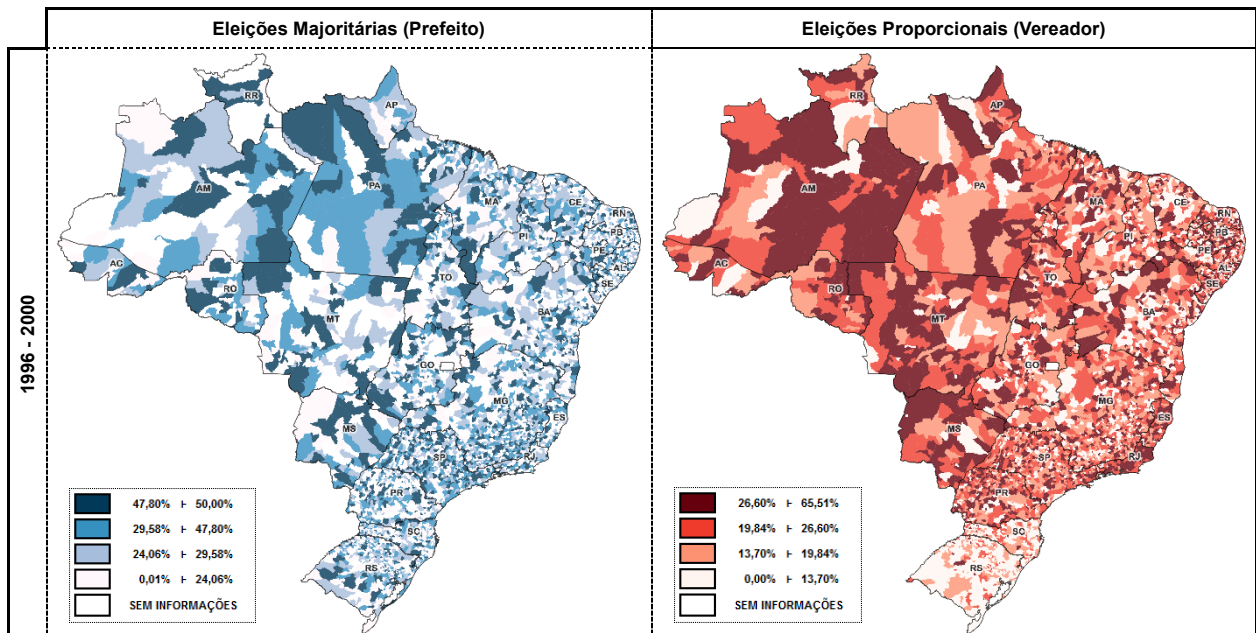


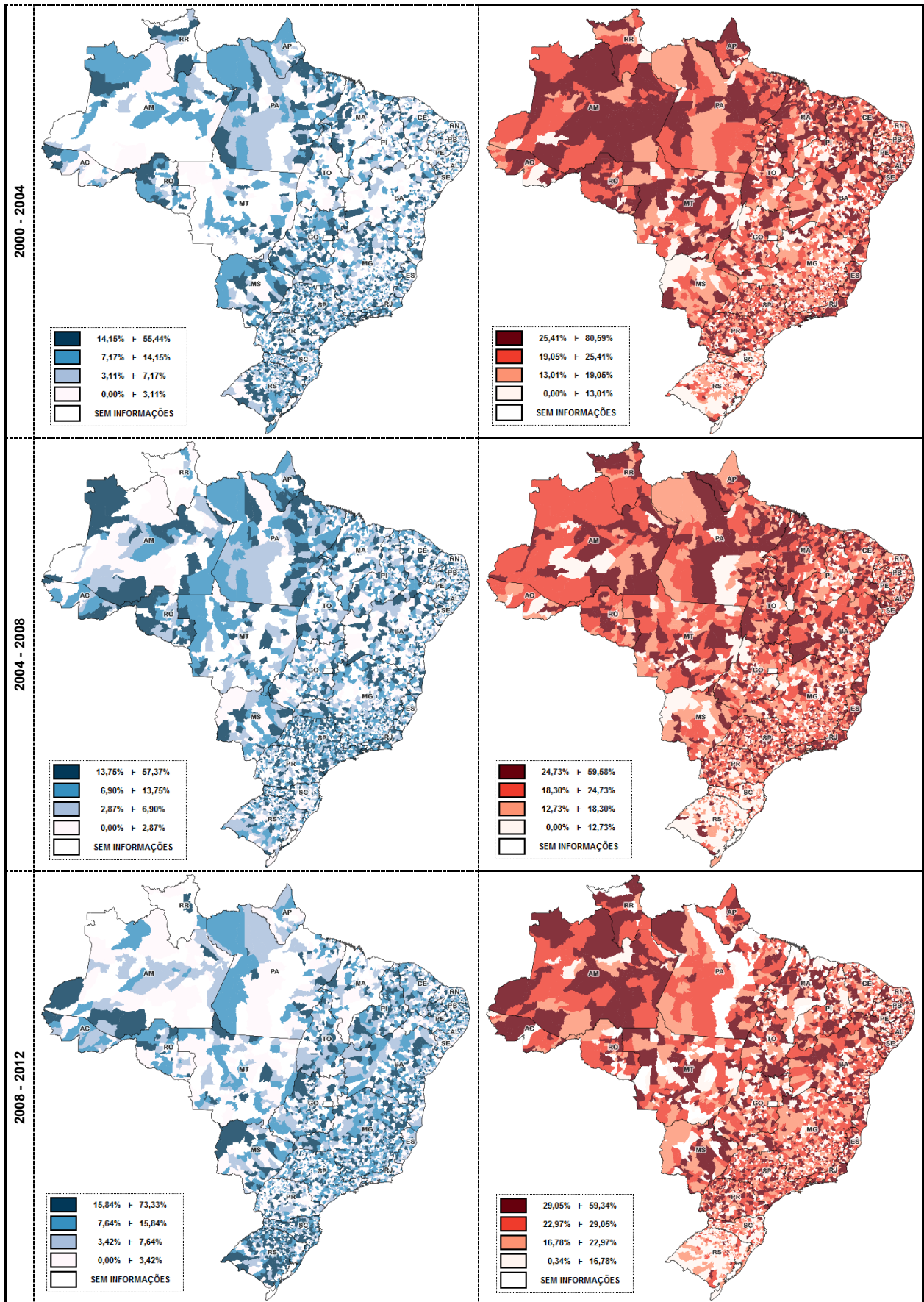
Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

As eleições para prefeitos apresentaram uma transição dos agregados de trocas de voto. A linha azul, que demarca as médias das eleições majoritárias, teve uma queda absoluta de quase 20 pontos percentuais do primeiro ponto médio de observação para o segundo e depois se estabilizou em 10% nos demais pontos de observação. No entanto, as eleições majoritárias, após o período de transição demarcado pela queda da média da V_e entre 1996 - 2000 para 2000 - 2004, apresentou médias menores entre os municípios.

Nos mapas abaixo, dois padrões se destacaram, um referente às eleições majoritárias e outro no referente às eleições proporcionais. Na série de mapas das eleições majoritárias, dois estados, um da região Norte e outro da Centro-Oeste, o Amazonas (AM) e o Mato Grosso (MT) apresentaram concentração das baixas V_e observadas no segundo e no quarto ponto de observação, e nas eleições proporcionais o estado do Rio Grande do Sul (RS) concentrou baixos valores.

Figura 25. Volatilidade Eleitoral das Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais de 1996 a 2012.





Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Alinhando a leitura entre os dois conjuntos de indicadores, os números efetivos de partidos e as volatilidades eleitorais de cada eleição, é possível sustentar que os agregados de votos dados pelos eleitores não destoaram da oferta partidária. Como os mercados majoritários apresentaram média estável de dois competidores de peso ao longo do tempo e os mercados proporcionais apresentaram médias que foram de quatro a sete competidores de peso ao longo do tempo, os eleitores acompanharam as aberturas dadas à disputa entre os partidos. Por isso os níveis médios da volatilidade eleitoral total foram maiores nas eleições proporcionais, justamente onde houve maior abertura à concorrência interpartidária.

Enfim, o crescimento do número médio de partidos envolvidos na competição, permitiu interpretar que os mercados eleitorais proporcionais foram mais abertos à entrada de novos competidores partidários, e nada obstante, permite interpretar que os eleitores se viram mais contemplados nas novas ofertas e nelas votaram, o que gerou os níveis observados de V_e .

A Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais

Essa seção explora os avanços do número efetivo de partidos nas eleições municipais majoritárias e proporcionais ocorridas entre 1996 e 2012. Nela veremos que as variações percentuais do número efetivo de partidos foram maiores nas eleições proporcionais do que nas eleições majoritárias, o que demarca as distintas dinâmicas do crescimento da oferta partidária entre os tipos de pleito, e veremos que os mercados eleitorais também reduzem o número efetivo de competidores entre as eleições.

O crescimento do N_{pe} nas eleições majoritárias é controlado. Se comparados os N_{pe} de 1996 e 2012, cerca de 75% dos municípios não chegou a aumentar nem em 30% sua oferta partidária. No mais, em dois momentos, de 1996 para 2000 e de 2004 para 2008, mais da metade dos municípios perdeu partidos no mercado eleitoral de disputa para prefeitos. A tabela abaixo apresenta o resumo das variações entre os anos eleitorais.

Figura 26. Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais Majoritárias do Brasil (1996 - 2012).

	ELEIÇÕES				
	1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012	1996 - 2012
N	5.215	5.524	5.558	5.562	5.242
	350	41	7	3	323
MÍNIMO	-74,69%	-71,76%	-71,31%	-62,56%	-69,76%
Q1	-16,48%	-10,62%	-19,51%	-2,22%	-5,63%
MEDIANA	-1,86%	3,21%	-2,81%	12,14%	9,74%
Q3	12,39%	21,09%	11,38%	34,86%	29,13%
MÁXIMO	235,04%	203,75%	255,41%	405,42%	275,84%

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

O crescimento da oferta do número efetivo de partidos para 75% dos municípios só ultrapassou a casa dos 25% de variação positiva, de crescimento, na comparação entre 2008 e 2012, quando chegou aos 34,86%, o maior crescimento entre todos os períodos. Mas na verdade, as dinâmicas de crescimento entre os pleitos subsequentes estão distanciadas da dinâmica apresentada entre 2008 e 2012. Foi justamente o crescimento ocorrido entre as últimas eleições, as de 2008 e de 2012, que elevaram as médias de crescimento do período completo.

Para as eleições proporcionais, o maior incremento observado na evolução do número efetivo de partidos ocorreu no período de 1996 a 2012, foi de 984,81%, valor registrado na última célula da tabela. Ou seja, a variação do N_{pe} em um dado município do conjunto de todos os municípios brasileiros de 1996 para 2012 foi de praticamente, 10 vezes seu tamanho originário. O município em questão, ressaltamos o caso, é Setubinha (MG). Um município com 10.885 habitantes (2010) e 9 vagas para vereador. Em 1996 Setubinha contou um $N_{pe} = 1,000$ e em 2012 contou um $N_{pe} = 10,848$, esse é o motivo do aumento registrado. Mas em termos analíticos, um $N_{pe} = 1,000$, vale lembrar, indica que apenas um partido obteve todos os votos, o que configura um monopólio eleitoral na câmara de vereadores.

Figura 27. Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais Proporcionais do Brasil (1996 - 2012).

	ELEIÇÕES				
	1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012	1996 - 2012
N	5.215	5.525	5.559	5.563	5.241
	350	40	6	2	324
MÍNIMO	-76,27%	-64,85%	-76,00%	-73,41%	-69,06%
Q1	-9,30%	-2,57%	-15,18%	0,06%	29,33%
MEDIANA	11,47%	20,09%	4,82%	22,56%	73,78%
Q3	39,60%	50,81%	28,75%	52,21%	135,27%
MÁXIMO	521,84%	709,71%	238,84%	335,06%	984,81%

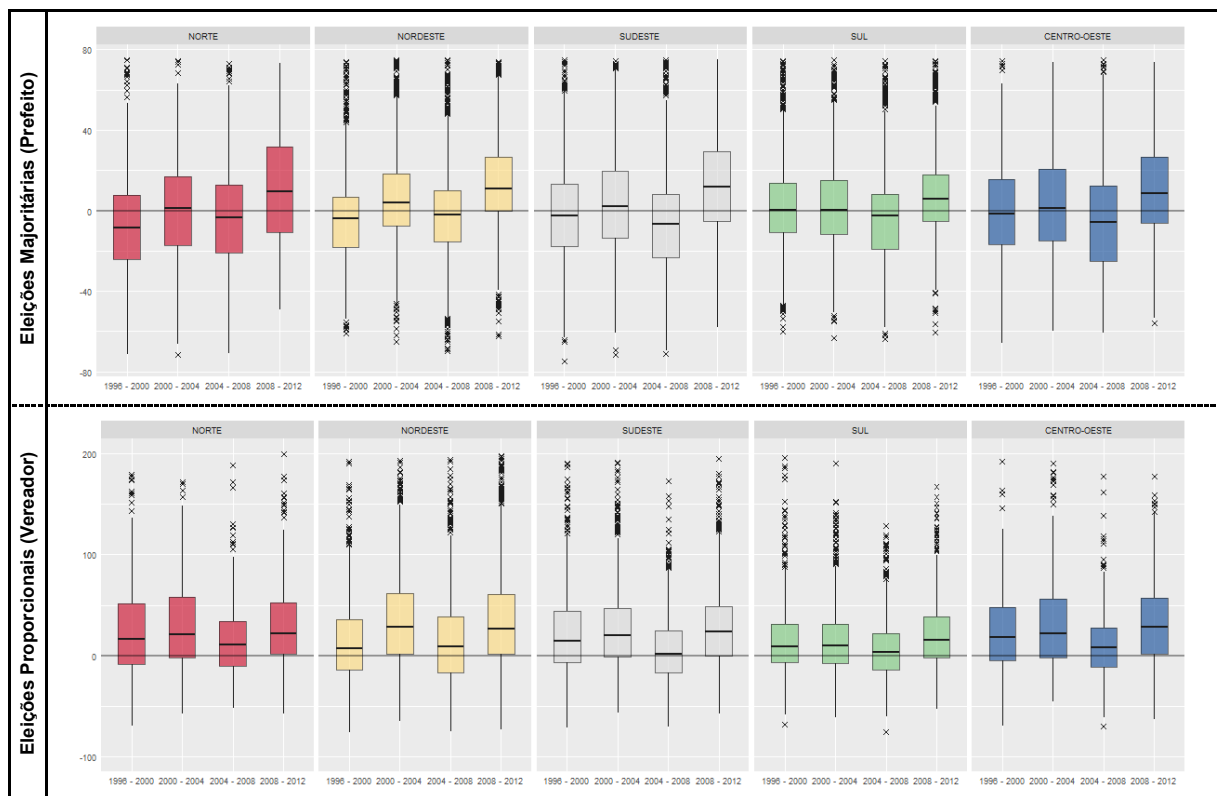
Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

No que se refere ao universo dos municípios brasileiros, Setubinha é apenas mais um caso extremo e casos extremos não são a regra. A primeira eleição de Setubinha foi justamente a eleição de 1996. Mesmo em Setubinha não foi possível observar 30 partidos operantes. Pode até ser que estivessem todos registrados e operantes durante as eleições municipais de 2012, uma situação possível que não foi analisada, mesmo que assim fosse, mesmo que 30 legendas disputassem as eleições proporcionais setubinhenses, só $\frac{1}{3}$ delas acumulou votos. Esse $\frac{1}{3}$ contrapõe o monopólio partidário existente anteriormente. Essa sim sendo a regra para a maioria dos mercados eleitorais: a quebra dos monopólios eleitorais.

Com o passar das eleições, o número de partidos que alcançaram parcelas significativas de votos aumentou. Em 75% dos municípios o avanço do N_{pe} foi de até 135,27% e a mediana da Evolução do N_{pe} nos 16 anos analisados foi de 73,78%, um pouco menor que 75%. Mas os incrementos observados entre uma eleição e outra imediatamente posterior são bem menores que os observados para todo o período de análise. De 1996 para 2000, a oferta partidária em metade dos municípios cresceu apenas 11,46%, de 2000 para 2004, apenas 20,09%, de 2004 para 2008, 4,82% e de 2008 para 2012, apenas 22,56%. Cerca de $\frac{1}{4}$ dos municípios perdeu partidos nas eleições proporcionais de uma eleição para outra e só na variação de 2008 para 2012 que $\frac{1}{4}$ dos municípios teve um crescimento positivo de 0,06%.

A dinâmica de crescimento das ofertas partidárias contadas pelo número efetivo de partidos está apresentada nos diagramas abaixo para as cinco regiões brasileiras. Enquanto as eleições majoritárias, permitem aumentos do N_{pe} de maneira muito controlada as eleições proporcionais permitiram o crescimento da oferta partidária entre os anos. Os gráficos apontam que nas eleições para prefeito, hora metade dos municípios aumenta seus partidos, hora reduz, e nas eleições para vereadores o crescimento ocorreu para a maioria dos municípios em quase todos os pontos intereleitorais.

Figura 28. Evolução do Número Efetivo de Partidos nas Eleições Municipais Majoritárias e Proporcionais por Regiões (1996 - 2012).



Fonte: Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Essa análise da evolução do número efetivo de partidos eleitorais para as regiões permite constatar que o crescimento da oferta partidária em todos os quartis de unidades observadas não ocorreu em nenhum dos períodos analisados. Não houve uma eleição sequer em que os resultados da evolução serviriam de insumos para sustentar que o sistema partidário brasileiro só fez crescer. A verdade é que, se por um lado existem municípios com experiências similares a de Setubinha, por outro, uma série de outros municípios reduziram o seu número efetivo de partidos eleitorais.

Perfil Socioeconômico Municipal e Competição Eleitoral nas Eleições Municipais do Brasil

Essa seção foi construída para atender ao terceiro objetivo listado no início do capítulo: analisar a relação entre o perfil socioeconômico municipal e a competição eleitoral. A principal proposição teórica que a orienta é de que o desenvolvimento socioeconômico está diretamente relacionado aos níveis observados de competição eleitoral interpartidária; variáveis socioeconômicas e suas variações são capazes de explicar as variações existentes nas variáveis analisadas de competição eleitoral entre os partidos. Assim, essa parte do trabalho envolveu o mesmo perfil socioeconômico municipal construído e testado no capítulo anterior, só que para outro conjunto de variáveis.

A construção do chamado perfil socioeconômico municipal envolveu a seleção de um pequeno conjunto de indicadores. Indicadores do nível de urbanização, indicadores da infraestrutura urbana e indicadores de desenvolvimento social. Os indicadores do nível de urbanização foram os percentuais de domicílios urbanos e rurais de cada município. Os indicadores do acesso dos cidadãos aos serviços urbanos básicos foram os percentuais das populações que são atendidos por serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. Os indicadores da qualidade de vida dos eleitores foram o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios e suas dimensões de educação, longevidade e renda, juntamente com os níveis de concentração da renda medidos pelo índice de Gini.

A associação entre os indicadores socioeconômicos e os indicadores da competição interpartidária foi medida com o Coeficiente de Correlação de Pearson. Nas linhas das matrizes estão as variáveis explicativas, os indicadores do perfil socioeconômico municipal, e nas colunas estão as variáveis explicadas, os níveis de competição eleitoral observados em cada ano eleitoral.¹¹ Modelo que se repete para as quatro variáveis explicadas: o Número Efetivo de Partidos para as eleições majoritárias,

11. As variáveis explicativas do Perfil Socioeconômico Municipal são sempre as antecedentes temporais mais próximas das variáveis explicadas da Competição Eleitoral.

o Número Efetivo de Partidos para as eleições proporcionais, a Volatilidade Eleitoral para as eleições majoritárias e a Volatilidade Eleitoral para as eleições proporcionais.

Dois pequenos esquemas de classificação foram utilizados sobre as células das matrizes de correlação para auxiliar sua leitura. O primeiro deles classifica se as associações são positivas, negativas ou se não há relação entre o par de variáveis; ele colore em verdes e vermelhas as associações encontradas, quanto mais verde ou quanto mais vermelha for a cor da célula da matriz, maior o valor observado, e maior deve ser a atenção depositada nele. Já o segundo esquema de classificação marca as associações que apresentaram magnitudes de ρ maior ou igual a 250; as setas direcionais indicam se associação é positiva (\uparrow) ou negativa (\downarrow). Esses dois pequenos esquemas agilizam a leitura das cinquenta células de cada matriz.¹²

Nenhuma das matrizes apresentou valores altos de correlação. Só para a competição medida pelo número efetivo de partidos das eleições proporcionais é que houve alguma relação apontada pelos valores de ρ .

Os valores do coeficiente de correlação de Pearson para a primeira matriz, que cruza o perfil socioeconômico municipal e a competição eleitoral para prefeitos, não apresentou valores que mereçam destaque. Dentre as cinquenta células que apresentam os valores de ρ nenhuma atingiu sequer valores maiores ou iguais a 0,200.

12. Os valores das magnitudes do coeficiente de correlação de Pearson foram interpretados segundo o padrão: 0,000 - 0,249, correlação muito fraca, inexistente; 0,250 - 0,499, correlação fraca; 0,500, - 0,749, correlação moderada; 0,750 - 0,899, correlação forte; 0,900 - 1,000, correlação muito forte, quase perfeita.

Figura 29. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Número Efetivo de Partidos Eleitorais nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		NÚMERO EFETIVO DE PARTIDOS ELEITOAIS				
		ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS				
		1996	2000	2004	2008	2012
População Rural	ρ	0,098	0,087	0,079	0,088	0,142
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
População Urbana	ρ	0,096	0,111	0,101	0,107	0,180
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
Água Encanada	ρ	0,058	0,126	0,070	-0,001	0,063
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,921	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
Energia Elétrica	ρ	0,081	0,124	0,049	-0,009	-0,042
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,489	0,002
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
Coleta de Lixo	ρ	0,064	0,106	0,028	-0,019	-0,017
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,034	0,149	0,192
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
IDHM	ρ	0,114	0,184	0,120	0,037	0,076
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,005	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
IDHM Educação	ρ	0,124	0,178	0,111	0,030	0,080
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,024	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
IDHM Longevidade	ρ	0,025	0,127	0,086	0,023	0,058
	Sig. (2)	0,072	0,000	0,000	0,080	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
IDHM Renda	ρ	0,132	0,195	0,142	0,061	0,069
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563
GINI	ρ	0,040	0,083	0,039	0,057	0,135
	Sig. (2)	0,004	0,000	0,004	0,000	0,000
	N	5.242	5.527	5.559	5.562	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010). Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Para os cálculos do coeficiente de correlação entre o perfil socioeconômico municipal e o número efetivo de partidos das eleições proporcionais, diferentemente de todas as demais matrizes, obteve-se um pequeno conjunto dos valores da magnitude de ρ que foram superiores a 0,250. Energia Elétrica, IDHM, IDHM Educação e IDHM Renda demonstram um padrão: o serviço urbano básico e o desenvolvimento socioeconômico municipal tiveram uma relação fraca com os níveis de competição eleitoral nas primeiras eleições proporcionais da série de eleições analisadas (1996 e 2000).

Figura 30. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Número Efetivo de Partidos Eleitorais nas Eleições Municipais Proporcionais (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		NÚMERO EFETIVO DE PARTIDOS ELEITOAIS				
		ELEIÇÕES PROPORCIONAIS				
		1996	2000	2004	2008	2012
População Rural	ρ	0,171	0,212	0,160	0,168	↑ 0,284
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
População Urbana	ρ	0,179	0,173	0,186	0,200	0,208
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
Água Encanada	ρ	0,233	0,217	0,087	0,028	0,117
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,035	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
Energia Elétrica	ρ	↑ 0,274	↑ 0,250	0,091	0,019	-0,047
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,151	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
Coleta de Lixo	ρ	0,201	0,192	0,027	-0,014	-0,073
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,045	0,312	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
IDHM	ρ	↑ 0,286	↑ 0,271	0,148	0,083	0,068
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
IDHM Educação	ρ	↑ 0,291	↑ 0,270	0,156	0,088	0,093
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
IDHM Longevidade	ρ	0,134	0,144	0,046	-0,007	0,021
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,001	0,580	0,123
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
IDHM Renda	ρ	↑ 0,320	↑ 0,318	0,180	0,127	0,049
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563
GINI	ρ	0,065	0,085	0,118	0,147	0,235
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.241	5.528	5.559	5.563	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010). Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

A leitura resultante desse conjunto de observações dos valores do coeficiente de correlação é a de que quanto mais acesso ao serviço de iluminação e maior o desenvolvimento humano medido pelo IDHM e por duas de suas dimensões, a da educação e a da renda, maiores foram os níveis observados competição interpartidária nas disputas para as câmaras municipais. No entanto, essas relações só foram encontradas no início da série analisada. A única relação que se mostrou minimamente existente e fora do padrão, ocorreu para as últimas eleições. Foi a do percentual da população residente em áreas rurais com os níveis de competição entre partidos para a obtenção de cadeiras das câmaras.

Para o conjunto dos valores do coeficiente de correlação entre as variáveis socioeconômicas e a Volatilidade eleitoral, não ocorreu nenhum valor de ρ acima de 0,250. Dentre todas as matrizes de correlação analisadas, as matrizes dedicadas à volatilidade eleitoral foram as que apresentaram as menores relações estatisticamente sustentáveis.

Figura 31. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais Majoritárias (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		VOLATILIDADE ELEITORAL TOTAL			
		ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS			
		1996	2000	2004	2008
População Rural	ρ	-0,043	0,020	0,027	0,025
	Sig. (2)	0,004	0,199	0,086	0,100
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
População Urbana	ρ	0,024	0,083	0,066	0,072
	Sig. (2)	0,099	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
Água Encanada	ρ	0,050	0,092	0,086	0,077
	Sig. (2)	0,001	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
Energia Elétrica	ρ	0,012	0,096	0,059	0,057
	Sig. (2)	0,411	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
Coleta de Lixo	ρ	-0,008	0,088	0,048	0,060
	Sig. (2)	0,585	0,000	0,002	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
IDHM	ρ	0,032	0,107	0,110	0,117
	Sig. (2)	0,028	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
IDHM Educação	ρ	0,026	0,104	0,107	0,117
	Sig. (2)	0,077	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
IDHM Longevidade	ρ	0,075	0,071	0,077	0,082
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
IDHM Renda	ρ	0,020	0,144	0,129	0,128
	Sig. (2)	0,169	0,000	0,000	0,000
	N	4.672	4.310	3.963	4.438
GINI	ρ	0,001	-0,001	0,022	0,013
	Sig. (2)	0,967	0,965	0,162	0,396
	N	4.672	4.310	3.963	4.438

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010).
Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Nem nas matrizes que exploram a relação dos perfis socioeconômicos municipais com os valores observados da V_e para as eleições proporcionais obteve-se algum resultado do coeficiente que mereça destaque.

Figura 32. Matriz de Correlação - Perfil Socioeconômico Municipal e Volatilidade Eleitoral nas Eleições Municipais Proporcionalis (1996 - 2012).

PERFIL MUNICIPAL		VOLATILIDADE ELEITORAL TOTAL			
		ELEIÇÕES PROPORCIONAIS			
		1996	2000	2004	2008
População Rural	ρ	0,078	0,061	0,096	0,113
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
População Urbana	ρ	0,047	0,030	0,041	0,047
	Sig. (2)	0,001	0,026	0,002	0,001
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
Água Encanada	ρ	-0,067	-0,055	-0,091	-0,108
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
Energia Elétrica	ρ	-0,023	-0,004	-0,065	-0,082
	Sig. (2)	0,091	0,771	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
Coleta de Lixo	ρ	0,012	0,044	-0,090	-0,073
	Sig. (2)	0,377	0,001	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
IDHM	ρ	-0,051	-0,038	-0,075	-0,108
	Sig. (2)	0,000	0,005	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
IDHM Educação	ρ	-0,039	-0,024	-0,064	-0,093
	Sig. (2)	0,005	0,071	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
IDHM Longevidade	ρ	-0,120	-0,130	-0,120	-0,168
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
IDHM Renda	ρ	-0,015	-0,005	-0,051	-0,083
	Sig. (2)	0,277	0,722	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563
GINI	ρ	0,021	0,029	0,113	0,141
	Sig. (2)	0,125	0,030	0,000	0,000
	N	5.299	5.556	5.563	5.563

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios do Brasil - PNUD, FJP e IPEA, Indicadores Socioeconômicos (1991 a 2010). Repositório de Dados Eleitorais - TSE, Resultados Eleitorais (1996 a 2012).
Elaboração do autor.

Apenas as eleições proporcionais demonstraram alguma relação, fraca, de acordo com os valores observados do coeficiente de correlação de Pearson, para a competição eleitoral interpartidária. Surpreendentemente, as volatilidades totais das

eleições municipais não tiveram nenhum correlato estatisticamente sustentável na ordem social. Não há relação que aponte que os eleitores mudaram suas escolhas partidárias mais, ou menos intensamente, de acordo com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios que vivem.

Recapitulações

Nesse capítulo vimos que a configuração da competição eleitoral entre os partidos acompanha as balizas e as aberturas existentes em cada sistema eleitoral. As eleições majoritárias são marcadas pela concentração no número efetivo de competidores e as eleições proporcionais são marcadas pela abertura e por um número maior de competidores. No entanto, vimos também que nem de perto os números de partidos registrados se transfiguraram e passaram a existir nas eleições reais; tanto nas eleições majoritárias quanto nas eleições proporcionais o número efetivo de partidos eleitorais é bem menor do que o número de legendas partidárias cadastradas no Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Vimos ainda que a competição eleitoral nas eleições majoritárias é praticamente estável e que promove menores níveis de Volatilidade Eleitoral do que as eleições proporcionais.

CONCLUSÃO

As leis eleitorais do sistema político brasileiro, no que se refere as eleições aqui analisadas, canalizaram seu contingente eleitoral, estabilizaram a competição majoritária e deram o terreno para o crescimento das oposições, uma vez que a entrada dos partidos nas câmaras tem ocorrido.

Após a estabilização das regras eleitorais, que sofreu sua grande última alteração em 1997, os eleitores e os partidos competidores se ajustaram. As maiores alterações observadas dentro do período analisado ocorreram justamente em seu início, entre as duas primeiras eleições (1996 e 2000). Depois, o sistema eleitoral chegou a novos e reconfigurados patamares e tipos de participação e o sistema partidário chegou a novos e reconfigurados níveis de competição.

A despeito do alarmado número de mais de 30 legendas existentes, o número efetivo de partidos eleitorais, em ambos cenários, não chega a metade desse número. É possível observar que a entrada de novos competidores no sistema é permitida, mas essa, por sua vez, é extremamente controlada. Até obterem espaços de representação nas câmaras, os partidos passam pelo crivo de eleições altamente competitivas.

Tais apontamentos, por fim, não são menos verdade se considerados municípios menos desenvolvidos. Esse trabalho sustentou que até neles houve competição eleitoral entre os partidos, e nem neles os eleitores foram mercados fáceis, que trocaram suas opções partidárias de maneira errática entre as eleições.

As diferenças socioeconômicas de cada circunscrição eleitoral importaram no começo da série de eleições analisada. Ainda é possível observar, dadas as últimas análises desse empreendimento de pesquisa, que existiu alguma relação entre as discrepâncias socioeconômicas e dos níveis de desenvolvimento que afetaram a participação eleitoral, principalmente a presença dos eleitores aos pleitos. As diferenças socioeconômicas de cada circunscrição eleitoral tiveram pouca relação com os níveis observados de competição. Apresentaram, alguma relação no começo da série, e somente nas eleições proporcionais. Portanto, essa explicação fez mais sentido antes, justamente antes da ampliação e da recente estabilização do sistema eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDI, L.; MAIR, P. Os Parâmetros dos Sistemas Partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 14, p. 227–253, 2002.

BRAGA, M. DO S. S. Eleições e Democracia no Brasil: a Caminho de Partidos e Sistema Partidário Institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 4, n. 21, p. 43–73, 2010.

CARREIRÃO, Y. DE S.; KINZO, M. D. G. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, v. 47, 2004.

CHEIBUB, J. A.; GANDHI, J.; VREELAND, J. R. Democracy and Dictatorship Revisited. *Public Choice*, v. 143, n. 1-2, p. 67–101, 2010.

DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, R. A. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora UnB, 2001.

DANTAS, H. Coligações em Eleições Municipais: A Lógica do Alinhamento dos Partidos Políticos Brasileiros nas Disputas de 2000 e 2004. 2007. 1-176 f. Universidade de São Paulo, 2007.

DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1980.

EPSTEIN, L. *Political Parties in Western Democracies*. New Brunswick/London: Transaction Books, 1982.

JÚNIOR, O. B. DE L. Os Partidos Políticos Brasileiros - A Experiência Federal e Regional: 1945/64. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

JÚNIOR, O. B. DE L.; SANTOS, F. G. M. O Sistema Proporcional no Brasil: Lições de Vida. *Sistema Eleitoral Brasileiro: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. .

KINZO, M. D. G. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)*. v. 47, 2003.

KRAUSE, S.; SCHMITT, R. *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2005.

LIJPHART, A. The Political Consequences of Electoral Laws. *The American Political Science Review*, v. 84, n. 2, p. 481–496, 1990.

MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MAGALHÃES, J. C. Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil. In: CARVALHO, A. X. Y. *et al.* (Org.). *Dinâmica dos Municípios*. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. .

MAINWARING, S. P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MAINWARING, S. P.; TORCAL, M. Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários Após a Terceira Onda de Democratização. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 249–286, 2005.

MAIR, P. *Party System: Approaches and Interpretations*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e Representação. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 67, p. 105–138, 2006.

NICOLAU, J. C. M. *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

NICOLAU, J. C. M.; SCHMITT, R. A. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. *Lua Nova*, v. 36, p. 129–147, 1995.

PERES, P. S. Institucionalização do Sistema Partidário ou Evolução da Competição?: Uma Proposta de Interpretação Econômica da Volatilidade Eleitoral. *Opinião Pública*, v. 19, n. 1, p. 21–48, 2013.

PERES, P. S.; RICCI, P.; RENNÓ, L. R. A Variação da Volatilidade Eleitoral no Brasil: Um Teste das Explicações Políticas, Econômicas e Sociais. *Latin American Research Review*, v. 46, n. 3, p. 46–68, 2011.

PITKIN, H. F. Representação: Palavras, Instituições e Idéias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 67, p. 15–47, 2006.

PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PRZEWORSKI, A. *et al.* O que Mantém as Democracias? *Lua Nova*, * Tradução de Cláudio Gonçalves Couto., v. 40/41, p. 113–135, 1997.

RAE, D. A Note on the Fractionalization of Some European Party Systems. *Comparative Political Studies*, v. 1, n. 3, p. 413–418, 1968.

ROEDEL, P. *Década de 90: Avanços no Sistema Eleitoral*. Brasília: Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. , 2010

SANTOS, W. G. DOS. *Governabilidade e Democracia Natural*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANTOS, W. G. DOS. Poliarquia em 3D. *Dados*, Documento online., v. 41, n. 2, p. 207–281, 1998.

SARTORI, G. *Teoria da Democracia Revisitada*. Vol. I - O Debate Contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1994a.

SARTORI, G. Teoria da Democracia Revisitada. Vol. II - As Questões Clássicas. São Paulo: Editora Ática, 1994b.

SCHMITT, R. A. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.